



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

CAMILA BIONDI FIGUEIRA DE ABREU

**BIBLIOTECA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DIGITAL:**  
UMA ANÁLISE DO MEMORIAL DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL

SALVADOR  
2024

CAMILA BIONDI FIGUEIRA DE ABREU

**BIBLIOTECA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DIGITAL:**  
UMA ANÁLISE DO MEMORIAL DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, Linha de Pesquisa Patrimônio e Comunicação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira.

Salvador

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)  
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

---

A162 Abreu, Camila Biondi Figueira de  
Biblioteca, memória e patrimônio digital: uma análise do memorial da Biblioteca  
Comunitária Sete de Abril / Camila Biondi Figueira de Abreu, 2024.  
118 f.

Orientador: Prof.º Dº José Cláudio Alves de Oliveira  
Dissertação (mestrado em museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Museu – Salvador (BA). 2. Patrimônio cultural. 3. Museologia - Preservação.  
4. Biblioteca. 5. Documentos arquivísticos - Digitalização. I. Oliveira, José Cláudio Alves de.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 069

---

Responsável técnica: Ana Cristina Portela de Santana - CRB/5-997



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA  
PPGMUSEU - UFBA  
Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Salvador/Bahia  
CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445  
ppgmuseu@ufba.br

PPGMUSEU

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Às 09:15 horas do dia 09 de setembro de 2024, em sessão pública realizada na sala da Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), deu-se início à apresentação, defesa e julgamento da dissertação realizada pela mestranda **CAMILA BIONDI FIGUEIRA DE ABREU**, aluna da Linha de Pesquisa 2 do Mestrado em Museologia – PPGMuseu, desta Universidade. O trabalho intitulado: *“Biblioteca, memória e patrimônio digital: Uma análise do Memorial da Biblioteca Comunitária Sete de Abril”* foi avaliado pela banca composta pelo Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira (PPGMUSEU/UFBA), orientador da mestranda, pela Profa. Dra. Maria das Graças de Souza Teixeira (PPGMUSEU/UFBA – 1ª Examinadora) e pelo Prof. Dr. José Carlos Sales (PPGCI/UFBA– 2º Examinador). Após a abertura dos trabalhos, a mestranda deu início a apresentação da dissertação, tendo trinta minutos para a sua explanação. Em seguida, foram iniciadas as arguições dos membros da banca, em tempo estipulado de vinte minutos para cada um, com o mesmo tempo destinado para as respostas da mestranda. Após esta etapa da sessão, a banca reuniu-se em separado para deliberar sobre o resultado da avaliação, divulgando, em seguida, a sua deliberação para a mestranda e público presente, indicando a **aprovação**. Ao final da sessão, foi lavrada esta ata, que após leitura, será assinada pela mestranda e pelos membros da banca e demais presentes. Salvador, 09 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE CARLOS SALES DOS SANTOS  
Data: 25/09/2024 14:36:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARIA DAS GRACAS DE SOUZA TEIXEIRA  
Data: 26/09/2024 00:35:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE CLAUDIO ALVES DE OLIVEIRA  
Data: 26/09/2024 11:39:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA  
PPGMUSEU - UFBA  
Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Salvador/Bahia  
CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445  
ppgmuseu@ufba.br

PPGMUSEU

## PARECER PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MESTRANDO:** CAMILA BIONDI FIGUEIRA DE ABREU - 2021111990

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** “Biblioteca, memória e patrimônio: uma análise do memorial da biblioteca comunitária Sete de Abril”.

### **PARECERISTAS:**

- Orientador(a): Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira (PPGMUSEU/UFBA)
- Parecerista 1: Profa. Dra. Maria das Graças de Souza Teixeira (PPGMUSEU/UFBA)
- Parecerista 2: Prof. Dr. José Carlos Sales (PPGCI/UFBA)

### **PARECER:**

A banca, reunida em separado, após a sessão que teve a apresentação da mestranda, seguida das falas do avaliador e da avaliadora, compostas, também, da arguição, define pela aprovação da mestranda, enfatizando a relevância do objeto e problema de pesquisa, e destacando a amplitude do percurso realizado, a consistência do corpus reunido e analisado, o que demonstrou o objetivo alcançado. Por fim, a banca solicitou ajustes apontados, para o depósito definitivo da dissertação, que giram em torno de: passagens textuais, metodologia e pormenores normativos do texto.

Defesa realizada na sala da Congregação da FFCH da Universidade Federal a Bahia. Salvador, 09 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 JOSE CARLOS SALES DOS SANTOS  
Data: 25/09/2024 14:33:04 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 MARIA DAS GRACAS DE SOUZA TEIXEIRA  
Data: 26/09/2024 00:35:40 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 JOSE CLAUDIO ALVES DE OLIVEIRA  
Data: 26/09/2024 11:39:50 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

## AGRADECIMENTOS

À Odu, pela benção dos seus mistérios.

Agradeço aos caminhos guiados pela minha fé, os quais auxiliam meu espírito nessa caminhada. Agradeço à Angie Biondi, minha mãe, por toda a parceria de longas datas e outras vidas. Mainha, sua benção!

À minha companheira felina, cheia de personalidade, que agora habita o outro lado do cosmos, misturando seu espírito e todas as partículas do seu corpo com a nossa mãe Natureza. Obrigada Tica, nossas piscadelas estarão para sempre em meu coração. Descanse em paz e alegria!

Agradeço ao meu amigo e irmão Ian Freitas, por ter me dado a mão e acendido a luz em tempos de total escuridão.

À Milan Finnie, minha amiga de outro país e tantas águas!

Agradeço àqueles e àquelas que me despedi, mas que muito me alegraram durante essa caminhada de pesquisa complexamente atravessada pela vida pessoal. Faço agradecimentos especiais à Ana Paula Cardoso, amiga e colega de trabalho, que me abriu as portas para o início da jornada de vida junto à Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.

Agradeço a troca com Géssica Kiatouala da Goméia, por toda sua generosidade. Agradeço também ao mestre Hamilton Borges pela breve, mas importante conversa sobre a minha pesquisa. Vida longa!

Celebro e honro a presença de Gicélia Barros, fundadora da Associação Beneficente Cultural e Biblioteca Comunitária, amiga e colega de voluntariado. Não esqueço do dia em que nos conhecemos, na Biblioteca, onde ela me recebeu cantando “Seja bem-vinda, minha irmã.” e pude cortar legumes para a sopa que estava sendo preparada, numa manhã de quinta-feira. Okê!

Agradeço aos/às voluntários/as, vindos/as pela plataforma de voluntários ATADOS, no intuito de auxiliar o desenvolvimento do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril; são eles/as: Felipe Cadena, Suzany Rodrigues e Fabiana. Sem vocês não conseguiríamos enfrentar os percalços técnicos do Memorial. Muito obrigada!

Agradeço, também, à Marisa Vasconcelos, presidente da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli, seu alto-astral e energia contagiantes. Estendo meus agradecimentos

às crianças, jovens, adultos e idosos que fazem parte da Biblioteca Comunitária, a minha gratidão por todo o conhecimento que adquiri com vocês neste processo.

Ao meu orientador, Prof. Dr José Cláudio Alves de Oliveira, por todo o encaminhamento e auxílio, além, sem dúvidas, da compreensão e generosidade.

À professora Dra. Sidélia Teixeira, que acolheu minha pesquisa quando do meu ingresso ao PPG MUSEU, bem como à Antônio Marcos Passos, primeiro entrevistado e colega do Grupo de Pesquisa. Às águas da Goméia na figura ilustre de Seu João da Goméia, e Mãe Mirinha de Portão. Makuiu? A benção?

Agradeço enormemente à Elizângela Santana, secretária do PPG MUSEU, pelo trabalho atencioso que desenvolve. Aos/às colegas de mestrado da turma 2021.1. Muito grata por todas as trocas e aprendizados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação, Governo Federal - CAPES, pela concessão da bolsa de estudos para a realização dessa pesquisa.

Ao longo da minha trajetória de vida, até aqui, posso constatar um movimento pessoal que julgo muito benéfico ao meu espírito, pois me volto à minha comunidade na partilha dos afetos. Sobre “comunidade” busco me aproximar conceitualmente da máxima “Sumak Kawsay”, em língua Quéchuá, cujo significado seria “a vida em plenitude”. Portanto, entender a comunidade enquanto solo nutrido para semear a vida em harmonia com a natureza e o reforço aos elos comunitários é o ponto de partida para esta escrita. Não haveria de ser diferente com o meu trabalho na Biblioteca Comunitária Sete de Abril.

Se os frutos produzidos pela terra  
Ainda não são  
Tão doces e polpudos quanto as peras  
Da tua ilusão  
Amarra o teu arado a uma estrela  
E os tempos darão  
Safras e safras de sonhos  
Quilos e quilos de amor  
Noutros planetas risonhos  
Outras espécies de dor

Se os campos cultivados neste mundo  
São duros demais  
E os solos assolados pela guerra  
Não produzem a paz  
Amarra o teu arado a uma estrela  
E aí tu serás  
O lavrador louco dos astros  
O camponês solto nos céus  
(...)

(Gil, 1987)

ABREU, Camila Biondi Figueira de. **Biblioteca, Memória e Patrimônio Digital: uma análise do Memorial da Biblioteca Comunitária Sete de Abril**. Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira. 2024. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, 2024.

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre a relação entre museologia social e cibermuseologia tendo como enfoque a “memória coletiva”, conforme discute Beatriz Sarlo (2005), acionada por um dispositivo digital, o Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril; objeto de análise dessa pesquisa. Analisa-se a dinâmica entre a memória e a constituição de patrimônios digitais, seus desdobramentos e a recepção da comunidade na afirmação do elo afetivo que constitui seus projetos de memória. No que concerne ao método de pesquisa, trata-se de um estudo de caso (Yin, 2010) que utiliza, como técnica de pesquisa, a realização de pesquisa documental, bibliográfica e o uso de entrevistas com o subsídio da observação direta intensiva assistemática e participante (Lakatos, Marconi, 2003). A análise do material coletado foi explorada a partir da Análise do Discurso, conforme proposto por Dominique Maingueneau (1996), a fim de elaborar o estado da arte junto ao *corpus* empírico. Mobiliza-se, sob a ótica interdisciplinar, produções científicas contemporâneas que dialogam mais diretamente com o “núcleo vivo” da pesquisa, ou seja, as mulheres negras que estão à frente de uma Biblioteca Comunitária e Associação Beneficente Cultural, construindo memória e promovendo assistência social à comunidade. A análise dos dados demonstra a aceitação das famílias no registro das ações que ocorrem na Associação Beneficente Cultural e Biblioteca Comunitária enquanto acervo pessoal de suas próprias trajetórias de vida. Ao final, a pesquisa conclui que a atualização constante dos dispositivos digitais de memória sobre os acervos socializados no universo da *web* possibilita a ampliação do acesso e inserção da leitura digital, colaborando com o desempenho das ações de arte e educação mobilizadas pela Biblioteca e Associação.

**Palavras-chave:** Memória. Patrimônio digital. Cibermuseologia. Biblioteca. Preservação.

ABREU, Camila Biondi Figueira de. **Library, Memory and Digital Heritage: an analysis of Sete de Abril Community Library Memorial**. Advisor: Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira. 2024. Dissertation (Master's in Museology) – Postgraduate Program in Museology, Federal University of Bahia, 2024.

### ABSTRACT

This work reflects on the relationship between social museology and cybermuseology, focusing on memory (Sarlo, 2005) activated by a digital device, the Virtual Memorial of the Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli and Biblioteca Comunitária Sete de Abril, object of analysis by present research. The dynamics between memory and the constitution of digital heritage are analyzed, their developments and the community's reception in affirming the affective bond that constitutes their memory projects. Regarding the research method, it is a case study (Yin, 2010), that uses as a research technique the carrying out of documentary and bibliographical research, the use of interviews with the support of direct intensive unsystematic and participant observation. (Lakatos, Marconi, 2003). The analysis of the collected material was explored based on Discourse Analysis (Maingueneau, 1996) in order to better elaborate the state of the art together with the empirical corpus. Contemporary scientific productions are mobilized in an interdisciplinary manner that speak more directly to the “living nucleus” of research, that is, black women who are at the head of an institution of memory and social assistance. Data analysis demonstrates the acceptance of families in recording the actions that take place in the Associação Beneficente Cultural e Biblioteca Comunitária as a personal collection of their own life trajectories. In this way, the constant updating that digital memory devices have on the collections socialized in the web universe is concluded, enabling the expansion of access and insertion of digital reading, contributing to the performance of art and education actions mobilized by Institution.

**Keywords:** Memory. Digital heritage. Cybermuseology. Library. Preservation.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BC	Biblioteca Comunitária
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CODESAL	Defesa Civil de Salvador
EVA	Espuma Vinílica Acetinada
ICMEMO	Comitê Internacional de Museus Memoriais
ICMEMORH	Comitê Internacional de Museus Memoriais de Direitos Humanos
MIAC	Movimento de Intercâmbio Artístico e Cultural da Cidadania
MOW	Programa Internacional Memória do Mundo
MSN	The Microsoft Network
ObservaSSA	Observatório de Bairros Salvador
PAF	Pavilhão De Aulas Da Federação
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa bairro Sete de Abril.....	15
<b>Figura 2</b> - Livro de presença “Teatro de Bonecos: Mensageiros da Alegria.....	21
<b>Figura 3</b> - A primeira sede, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.....	22
<b>Figura 4</b> - Apresentação do Teatro de Bonecos, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, primeira sede da Biblioteca Comunitária Sete de Abril. ....	22
<b>Figura 5</b> - Oficina de desenho, ministrada por Camila Biondi, com as crianças da comunidade de Sete de Abril, na sede da Biblioteca para a Exposição 20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.....	52
<b>Figura 6</b> – Oficina de desenho, ministrada por Camila Biondi, com as crianças da comunidade de Sete de Abril, na sede da Biblioteca para a Exposição 20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.....	53
<b>Figura 7</b> - Quadro de categorias de reuso em acervos culturais .....	55
<b>Figura 8</b> - Print do percurso expográfico “20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.”.....	60
<b>Figura 9</b> - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.....	61
<b>Figura 10</b> - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril .....	62
<b>Figura 11</b> - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril .....	63

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1.“UM PERCURSO NO CAMPO: ENTRE HISTÓRIAS DE LUTA E CONTOS LITERÁRIOS, O MEMORIAL DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL”</b> .....	19
1.1 “APRENDI COM OS MEUS”: A PREMISA DO ENRAIZAMENTO COMUNITÁRIO A PARTIR DE GICÉLIA BARROS .....	19
1.2 DESIGUALDADE SOCIAL, GÊNERO E DISCURSO .....	28
<b>2.“NOSSO ACERVO ESTÁ ONLINE!”: OS ATRAVESSAMENTOS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E VIRTUAL NA CRIAÇÃO DE UM PROJETO DE MEMÓRIA</b> .....	35
2.1 ASPECTOS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA .....	35
2.2 MUSEUS E MEMORIAIS: ENTRE DELIMITAÇÕES E DIÁLOGOS .....	40
2.3 MUSEOLOGIA VIRTUAL: A POTÊNCIA DO VIR A SER .....	44
2.4 A WEB 3.0 E A CULTURA DIGITAL .....	48
<b>3. “A CULTURA DIGITAL ESTÁ AÍ PARA A GENTE, NÉ?” ANALISANDO O MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL UGO MEREGALLI E BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL</b> .....	50
3.1 CURADORIA E AMBIENTES DIGITAIS: A EXPOSIÇÃO PILOTO “20 ANOS DE HISTÓRIA PARA CONTAR: ESCRIVIVÊNCIAS DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL” .....	51
3.1.1 A expografia e os elementos do design na experiência digital .....	59
3.2 OS USOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DIGITAL .....	64
3.3 DESTERRITORIALIZANDO O PATRIMÔNIO: A “INFO DIVERSIDADE” DO PATRIMÔNIO DIGITAL .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	73
<b>ANEXOS</b> .....	79

## INTRODUÇÃO

A epígrafe que deu início à escrita desse trabalho, bem como o uso da voz narrativa em primeira pessoa, tem o intuito de declarar meu lugar enquanto pesquisadora e voluntária da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, já que estive implicada na criação e desenvolvimento do Memorial da Instituição; o estudo de caso dessa pesquisa. Ciente do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica e seus trâmites, gostaria de saudar, em forma de reconhecimento, meu respeito às tantas vozes que articularam o conhecimento científico e que vieram antes de mim, abrindo passagem, rompendo estruturas e se movendo feito água que segue seu curso em meio às pedras.

Saúdo, também, as vozes contemporâneas que, precisamente, buscam atualizar os questionamentos na área do fazer científico e hoje tensionam os discursos hegemônicos tradicionais. Finalmente, cumprimento o conhecimento popular, encantaria feita boca a boca, em que a cumplicidade entre saber e dizer se traduziu em ações de resistência que culminaram na Biblioteca Comunitária de um bairro periférico na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. Foram, pois, dessas fontes que bebi e através das quais venho partilhar esse trabalho.

O percurso traçado no desenvolvimento da pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Museologia, na Universidade Federal da Bahia, apresentou percalços e alegrias. Recém iniciada no PPG, em 2021, tive a estruturação do trabalho voltada à Linha de Pesquisa 1, Museologia e Desenvolvimento Social, quando fui orientada pela Professora Dra. Sidélia Teixeira. A temática central da pesquisa incidia sobre o Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão, no Terreiro São Jorge Filho da Goméia, localizado no bairro de Portão, na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. Até então, o trabalho propunha compreender o espaço de memória situado em um Terreiro de Candomblé, abarcando a complexidade de um espaço religioso.

No entanto, 2021 foi também o ano do auge da pandemia da Covid-19 e, nesse contexto, surgiram muitas dificuldades para a implementação da pesquisa no Terreiro São Jorge Filho da Goméia que, na época, esteve sob restrição de acesso ao público, conforme as regulamentações oficiais. É importante destacar que a desistência do trabalho ocorreu devido ao calendário do Terreiro, dado que estávamos em um período de quarentena e o seu funcionamento foi alterado muitas vezes, sendo apenas realizados os procedimentos litúrgicos, internamente, para os filhos e filhas da Casa.

Enquanto pesquisadora, tive, sim, a anuência do espaço para realizar a pesquisa através

do aceite de Géssica Catarina, Kiatouala<sup>1</sup> da Goméia, filha de Santo e filha de sangue da Mãe da Casa, Mameto<sup>2</sup>Kamurici. A elas, à toda família do Terreiro São Jorge Filho da Goméia, às Águas da Goméia, na figura ilustre de Seu João da Goméia, refaço meus agradecimentos por toda a atenção e disponibilidade que tiveram ao me receber e por terem autorizado o andamento da pesquisa que, infelizmente, não pôde ser continuada. A partir disso, então, foi necessária a alteração para um novo objeto empírico, que passou a ser o Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, pois já acompanhava sua efetivação como voluntária.

Assim, apresentei, na primeira seção dessa pesquisa, as fontes documentais, as referências bibliográficas e as novas soluções teóricas de encaminhamento do trabalho que foi modificado e passou a ser acolhido pela Linha de Pesquisa 2, Patrimônio e Comunicação. No texto, procurei discorrer sobre o novo tema na Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, local onde ainda sou voluntária há, mais ou menos, três anos e meio.

A seção 1, intitulada “Um percurso no campo: entre histórias de luta e contos literários, o Memorial da Biblioteca Comunitária Sete de Abril”, buscou apresentar as ações de arte-educação que promoveram o acesso à cultura na comunidade, no bairro de Sete de Abril, em Salvador. O tema “Biblioteca, memória e patrimônio digital” foi pensado a partir da criação do Memorial, que se deu por intermédio da Lei Aldir Blanc Bahia, com apoio financeiro do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e da Fundação Pedro Calmon, direcionada pela então Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal, ainda no ano de 2021.

O projeto de memória para o meio digital foi fruto de muitas conversas, reuniões e acertos da equipe da Biblioteca com o intuito de preservar e comunicar o seu acervo institucional, demarcando toda a sua trajetória, desde a criação do espaço até o desenvolvimento de exposições virtuais, atividades de mediação de leitura para os jovens e as crianças, além de um espaço acessível, para além das fronteiras presenciais, algo importante no período pandêmico, quando foi criado. Sobre essa articulação, Gicélia Barros (2021), fundadora da Biblioteca, destacou:

Para a gente, para a comunidade de Sete de Abril, para o Brasil e o mundo, vai ser de muita importância porque qualquer pessoa poderá ter acesso a todo esse trabalho que

---

<sup>1</sup> O termo “Kiatouala”, em tronco linguístico Bantu, significa: “doce”, de acordo com o Dicionário Bantu, nas línguas Kimbundu e Kikongo. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/294592823/Dicionario-Bantu>> Acesso em setembro de 2023.

<sup>2</sup> O termo “Mameto”, em tronco linguístico Bantu, significa: “Mãe”, de acordo com o Dicionário Bantu, nas línguas Kimbundu e Kikongo. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/294592823/Dicionario-Bantu>> Acesso em setembro de 2023

é desenvolvido dentro da comunidade de Sete de Abril através do meio digital porque nós temos que pensar que tem pessoas que não estão aqui, presentes, mas que podem acessar e conhecer um pouco da nossa história e da nossa memória. Eu acho que esse trabalho digital vai ser de suma importância e eu já estou ansiosa para ver esse trabalho, né, porque é uma luta que nós temos, de tantos anos. A gente precisa espalhar essa “boa nova” para outras pessoas, para que as pessoas conheçam esse trabalho e vejam que existem pessoas que não só eu, mas como a minha equipe maravilhosa que faz a diferença. Então, é importante que outras pessoas também conheçam o nosso trabalho, que sirva de tese de mestrado para outros alunos das Universidades. A importância da cultura digital está aí para a gente, né, e nós temos, também, que estar nesse meio digital.

Nesse sentido, procurei ressaltar a importância de abordar, metodologicamente, a pesquisa através dos procedimentos etnográficos de observação participante, uma vez que atuei diretamente na concepção do projeto para o Memorial, desenvolvendo a curadoria do material e a sistematização do acervo, que ainda está em encaminhamento, dado que não há, atualmente, qualquer apoio financeiro para o aprimoramento do espaço virtual.

Durante a pesquisa, foi composto um banco de anotações que permitiu uma análise qualitativa das informações, de modo que a pesquisa passou a mobilizar conceitos da corrente teórica da análise do discurso, sobretudo, a partir de Dominique Maingueneau (1989), em diálogo com demais pesquisas de pesquisadores contemporâneos que trouxeram importantes contribuições, tais como Allan Da Rosa (2019), Luiz Rufino (2019), Rafael Xucuru-Cariri e Suzane Lima Costa (2020), María Lugones (2014), Cristina Bruno (1996), além da aproximação inicial ao escrivência, de Conceição Evaristo (2020).

Desse modo, a pesquisa se dedicou à análise da interação entre a museologia social e a cibermuseologia, buscando tecer um olhar mais próximo à constituição da memória coletiva acionada por um dispositivo como o Memorial. Ele surgiu, portanto, no sentido de fortalecer a preservação da memória da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril e comunicá-la em uma projeção de alcance maior. Assim, alguns aspectos se mostraram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, cuja análise perpassou as discussões sobre o conceito de memória coletiva, cibermuseologia e constituição de patrimônios digitais, além das ferramentas de manutenção, traduzindo em exposições virtuais.

A BC<sup>3</sup> Sete de Abril é integrante da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, da Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador e da Rede OXE. Desse modo, a Biblioteca agencia narrativas enquanto mediadora de um processo de assimilação cultural e identitária relevante entre a comunidade, com as crianças, jovens, adultos e idosos, ao acesso à leitura, à

---

<sup>3</sup> Abreviação para “Biblioteca Comunitária.”

escrita e às artes.

A Biblioteca está localizada no bairro de Sete de Abril, nas imediações dos bairros Cajazeiras, Castelo Branco, Pau da Lima, Vila Canária, Jardim Nova Esperança e São Rafael. De acordo com o dossiê “O Caminho das Águas em Salvador”, realizado em 2010, o bairro tem origem em uma grande fazenda, então propriedade da família Barreto de Alencar. A partir do loteamento da área, na década de 1960, o bairro ganhou, pouco tempo depois, o seu conjunto habitacional feito pela URBIS, em 7 de Abril de 1965. Da data advém o nome do bairro.

Figura 1 – Mapa do Bairro Sete de Abril.



**Fonte:** Acervo CONDER - Dossiê “O Caminho das Águas em Salvador”. Disponível em: <<https://www.conder.ba.gov.br/sites/default/files/201808/O%20caminho%20das%20%C3%A1guas%20em%20Salvador%20-%20Bacias%20Hidrogr%C3%A1ficas%2C%20bairros%20e%20fontes.pdf>> Acesso em 14 maio 2022.

Durante o processo de pesquisa, encontrei alguma dificuldade em reunir dados sobre o bairro. Em visita à Biblioteca Central do Estado da Bahia, foram encontradas apenas recortes

de notícias em jornais da cidade de Salvador. Essa escassez de informações levou às outras buscas na internet, onde tive acesso a dois números diferentes quanto ao total de sua população no ano de 2010. De acordo com o CIAGS - UFBA, nesse ano, o Sete de Abril possuía um total de 15.307 habitantes, correspondendo a 0,63% da população da cidade de Salvador. Ao passo que, no *site* do Observatório de bairros de Salvador - ObservaSSA, o bairro possuía uma população de 18.215 habitantes, no mesmo ano.

Banhado nas águas da bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe, o Sete de Abril divide o *ranking* de alertas sobre as chuvas e os deslizamentos de terra em períodos de maior volume de água na cidade, de acordo com o relatório de 2021 da Defesa Civil - CODESAL. Entre os bairros Alto da Terezinha - Mamede e Castelo Branco - Moscou, está Sete de Abril - Bosque Real, o nível de “movimentação de massa” é alto, o que leva à evacuação obrigatória da população de suas casas para abrigos em escolas municipais designadas pela Prefeitura.

O bairro concentra 0,59% dos domicílios da cidade, estando 25,80% dos seus chefes de família situados na faixa de renda mensal de um a dois salários-mínimos. No que se refere à escolaridade, constata-se que 35,80% dos seus chefes de família têm de 4 a 7 anos de estudo (CIAGS/UFBA; SEMA, 2010).

Levando em consideração os dados disponíveis no ObservaSSA, 54,32% da população é autodeclarada parda; 32,89% preta, 1,31% amarela, 0,16% indígena, e 11,32% branca. Há uma predominância do sexo feminino, em 52,6%, com faixa etária de 20 a 49 anos, totalizando 50,52% da população. Sobre a renda, 49,9% declararam que recebem na faixa de zero a um salário-mínimo, tendo a renda média dos representantes dos domicílios em R\$821,00 reais. 93,43% dos domicílios possuem coleta de lixo, 98,28% abastecimento de água e 60,51% esgotamento sanitário.

Embora os números sejam índices “frios” que apontam o cenário político e geográfico do bairro, trouxe esses dados no intuito de aproximar leitores e leitoras da realidade concreta e cotidiana do bairro de Sete de Abril, destacando que as relações interpessoais que se desdobraram, precisamente, é que possibilitaram a criação, a existência e a resistência da primeira Biblioteca Comunitária do bairro.

A observação dessa integração das pessoas do bairro me fez refletir, durante toda a pesquisa, sobre a esteira em que essas subjetividades foram forjadas, todas atravessadas fortemente pelas questões raciais e econômicas. Foi notando os aspectos micro e macroestrutural, que busquei atrelar à reflexão teórica - ancorada e subsidiada pelos referenciais epistemológicos -, a vivência de campo, na temporalidade das trocas de experiências, sejam pessoais ou profissionais; algo que, inquestionavelmente, se comunicam

através do mundo digital.

Assim, passei a desenvolver a hipótese geral da pesquisa na seguinte premissa: um memorial potencializa a construção e salvaguarda da memória de uma instituição. Através dessa base hipotética, procurei desenvolver o trabalho de campo (Yin, 2001), adotando a abordagem etnográfica (Peirano, 2008), ao exame bibliográfico, documental. Em seguida, foram realizadas entrevistas, com o subsídio da observação direta intensiva assistemática e participante (Lakatos, Marconi, 2003). Utilizei, para a análise do material coletado, a abordagem da análise do discurso (Maingueneau, 1996), que, mesmo de modo preliminar, possibilitou certo aprofundamento da reflexão teórica aliada ao material empírico, recursivamente.

Nas seções subsequentes, trouxe os tópicos bem definidos e associados na tentativa de delimitação do *corpus* acerca da cibercultura refletindo sua dinâmica em um contexto específico do Memorial da Instituição, a partir da tônica central da memória; aspecto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Museologia. Argumentei que, quando se compreende a práxis da Museologia Social como fio condutor destes debates, sobretudo se for pensada em uma perspectiva que possibilita intervenções afirmativas para a consolidação de narrativas de protagonismo social e de direitos culturais<sup>4</sup>, a pesquisa de área passa a “ganhar corpo” para articular o patrimônio digital na discussão. Essa foi a reflexão central apresentada na seção dois, intitulada “A museologia social e a memória coletiva: uma abordagem metodológica pela análise do discurso”.

A seção ainda buscou contemplar uma retomada teórico-argumentativa sobre a museologia social e as ferramentas que dispõe na concepção de um projeto de memória acionado por um dispositivo digital imbuído de narrativas de histórias de vida que se misturam à criação e fortalecimento da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.

Em seguida, a seção três, intitulada “A cultura digital está aí para a gente, né?: analisando o Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril” trouxe reflexões sobre a museologia em seu campo de interação a outras áreas do conhecimento, lançando um olhar mais próximo à realidade do *corpus* empírico desse trabalho. O museu passou a ser visto como *locus* das práticas de sociabilidade permeadas

---

<sup>4</sup> “Direitos culturais são aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao fluxo de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.” Prof. Dr. Francisco Humberto Cunha Filho, líder do Grupo de estudos e pesquisas em direitos culturais da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Disponível em: <http://www.direitosculturais.com.br/> Acesso em maio de 2023

pela leitura, entendida aqui enquanto um direito humano, junto às artes e o acesso à cultura, voltando-se à educação como um vetor de transformação social.

Foi imprescindível, nessa seção, abordar leituras sobre a decolonialidade das narrativas de memória, sob um viés de gênero, no intuito de compreender melhor a rede de atuação do *corpus* empírico. A biblioteca comunitária é também um equipamento que promove cultura, arte e cidadania. Para isso, propus um diálogo da perspectiva da museologia social com um recorte preciso sobre decolonialidade e gênero (Lugones, 2014), a fim de induzir o trabalho à encruzilhada da produção de conhecimento (Rufino, 2019), isto é, a um caminho reflexivo-epistemológico mais próximo ao trabalho já promovido pela Biblioteca, convocando o “direito à memória” e o conceito de “escrevivência”, cunhado pela escritora Conceição Evaristo (2020).

Por fim, no tópico Considerações Finais, sinalizei os desafios e os limites apresentados na pesquisa e que poderão ser desdobrados em novos caminhos investigativos.

## 1 – “UM PERCURSO NO CAMPO: ENTRE HISTÓRIAS DE LUTA E CONTOS LITERÁRIOS, O MEMORIAL DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL”

O trabalho partiu da história de fundação da Biblioteca Comunitária Sete de Abril que criou em consonância às ações que desenvolvia, a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli, constituindo-se, então, uma só instituição. Traçamos um percurso no campo a partir da fala da fundadora, Gicélia Barros (2022), “Aprendi com os meus”, no intuito de inseri-la enquanto sujeito protagonista de sua própria narrativa, algo importante para demarcar uma escrita que se lança aos estudos decoloniais. Nesse sentido, refletimos sobre a temática a partir do referencial teórico base que dialoga com as questões da memória, gênero, discurso e constituição de patrimônio digital.

### 1.1 “APRENDI COM OS MEUS”: A PREMISSA DO ENRAIZAMENTO COMUNITÁRIO A PARTIR DE GICÉLIA BARROS

‘Nativa de Areia Branca, uma história eu vou contar...’. Eu me chamo Gicélia Barros e estou aqui pra falar um pouco de como foi a criação da Biblioteca Comunitária Sete de Abril. Eu sou uma pessoa que gosto muito de teatro, e quando eu fiquei desempregada eu comecei a trabalhar com o teatro de bonecos nas escolas municipais aqui na comunidade de Sete de Abril, e nas escolas municipais do entorno levando a alegria para as crianças (Barros, 2021).

Retomei uma passagem sinalizada na introdução deste trabalho para saudar o conhecimento popular, a oralidade das histórias, contos e prosas para tecer, coletivamente, a história de fundação de uma Biblioteca Comunitária nascida no bairro de Sete de Abril, na cidade de Salvador. Isso porque refletimos essas narrativas enquanto um tecido de memória (Courtine, 2006), de maneira a visualizar sua matéria orgânica, maleável, distante de um substrato rígido próprio aos padrões coloniais que objetificaram corpos vivos e suas histórias em meros adereços de análise.

Quando nos referimos aos “padrões coloniais” buscamos endossar a complexidade do termo “colonial”, sobretudo a partir da perspectiva de María Lugones (2014), que nos levou à “uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas” (Lugones, 2014, p. 939); visão considerada também por Aníbal Quijano (1991), quando se refere à “colonialidade do poder”.

Embora Lugones (2014) tenha ampliado esse debate acerca das relações de poder no sistema capitalista, procuramos introduzir, nesse trabalho, sobretudo o recorte de gênero considerando-o como um marcador inseparável do processo de análise do “trauma colonial” (Kilomba, 2019) que ainda reverbera na precarização da população feminina negra e periférica nas cidades do país. Para Lugones (2014, p.939), é importante lançar uma lente sobre as questões de raça, gênero e sexualidade uma vez que a “hierarquia dicotômica central da modernidade colonial” se ancora no processo de desumanização de colonizados(as), caracterizando um abismo entre povos considerados humanos e “não-humano”; seres bestiais ou não civilizados.

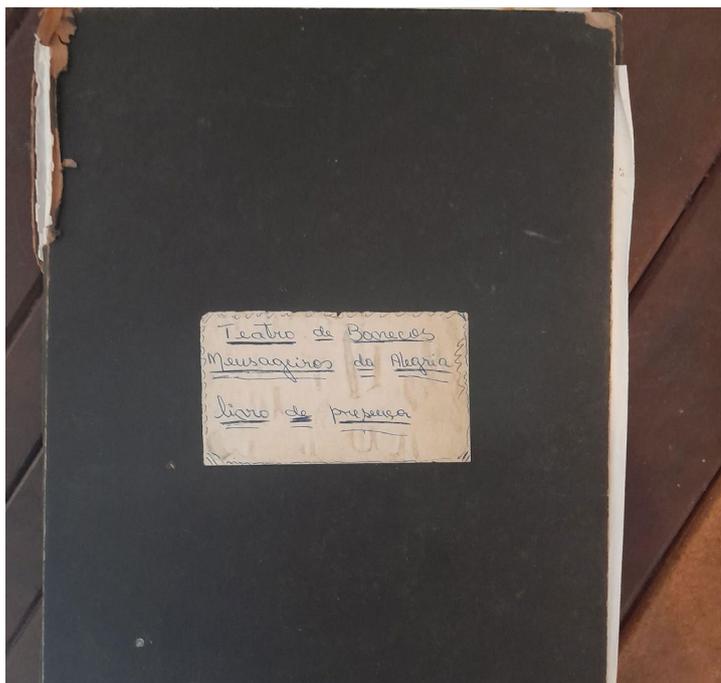
Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. (Lugones, 2014, p. 939)

Assim, essa análise foi perspectivada de modo a contemplar a complexa estrutura da colonialidade do poder atravessada por marcadores de raça, gênero e classe. Por isso, a importância de compreender de onde partiu o sonho que, concretizado, passou a dar vida à Biblioteca Comunitária Sete de Abril.

A história de Gicélia Barros, fundadora do espaço, foi convocada justamente por ser uma mulher negra, nascida em Areia Branca, descendente, por parte de pai, do Quilombo do Quingoma, que mais tarde se transferiu para o bairro de Sete de Abril, após encontrar-se em situação de desemprego.

A partir disso, então moradora da comunidade de Sete de Abril, Gicélia iniciou um Teatro de Bonecos itinerante, que visitava Escolas Públicas do bairro e adjacências. O Livro de presença do Teatro de Bonecos ou “Mensageiro da Alegria” (Figura 2), possui um teor documental na composição do banco de dados da pesquisa porque era assinado pelas crianças e/ou seus responsáveis, servindo como um importante documento de “controle e registro” com informações úteis sobre a participação do público (dados como nome, idade, endereço, comentários).

**Figura 2:** Livro de presença “Teatro de Bonecos: Mensageiros da Alegria.



Fonte: Acervo da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, 2022.

Na entrevista concedida, Gicélia pontuou que seu movimento era para levar “alegria às crianças”, e foi esta motivação que a levou a participar, no ano de 2002, do Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania, o MIAC. A partir dessa articulação já caminhava, ainda que timidamente, a premissa do “Enraizamento Comunitário”, uma vez que foi pela articulação em projetos sociais e em função de fortalecimento dos elos comunitários que Gicélia teve acesso, pela primeira vez, aos editais públicos do Governo do Estado da Bahia e do Governo Federal.

Em entrevista, ela (2021) explicitou que: “(...) A pessoa conseguia um espaço com laje e 500 livros, e o Governo entraria com 6 computadores.” Ela havia observado que a comunidade não dispunha de uma Biblioteca para que os estudantes tivessem acesso à leitura ou pudessem usufruir de um espaço para estudo, daí ela concluiu que poderia participar do edital propondo a formalização de uma biblioteca comunitária para o bairro. Foi junto à Paróquia Nossa Senhora do Carmo, a qual fazia parte como membro, que Gicélia contou que havia solicitado o uso de uma das salas da paróquia para a implementação da Biblioteca.

O recurso inicial foi feito por doações de materiais e, em seguida, obteve os computadores com a aprovação do edital. Para a efetivação desse projeto foram necessários 500 livros.

Eu me reuni com várias pessoas da comunidade, principalmente, os jovens e fomos em busca desses livros dentro da comunidade. Organizamos um espaço, a juventude tava (sic) ali colada com a gente fazendo a limpeza, organizando instalação elétrica... Os jovens eram os próprios voluntários. E, assim, fundamos essa Biblioteca (Barros, 2021).

As Figuras 2 e 3 documentam o início da realização de Gicélia. Escolhidas pela fundadora, as imagens são consideradas simbólicas para ela, pois mostram a primeira sede da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, ainda na sala da Paróquia Nossa Senhora do Carmo:

**Figura 3** - A primeira sede, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Fonte: Acervo da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, 2022.

**Figura 4** - Apresentação do Teatro de Bonecos, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo, primeira sede da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Fonte: Acervo da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, 2022

A Biblioteca Comunitária Sete de Abril, desde a sua primeira experiência, não era uma biblioteca tradicional. Cabe destacar brevemente que, ao conceituar o espaço como “biblioteca” precisamos sempre especificar o tipo ao qual nos referimos, pois as denominações são diversas e diferentes entre si. Há bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, bibliotecas públicas, bibliotecas digitais, as bibliotecas comunitárias, dentre outras. Todas elas compartilham de uma cadeia documental em que há um processo de aquisição, catalogação e exposição de livros e demais documentos, sejam físicas ou digitais.

Historicamente, a terminologia “biblioteca” tem sua origem no grego “biblion” que significa “livro”, e “teke”, caixa ou depósito; um espaço para armazenar, guardar e conservar livros. Arquivos, bibliotecas e museus assumiram, por vezes, a natureza de “guardiões” do saber, do conhecimento. Portanto, foram entendidos e, de certa forma, ainda o são, também como espaços de poder (Baganha, 2004). Quando referimos às especificidades conceituais do comunitário empregado a um espaço de poder, no caso a uma biblioteca, outras palavras-chave são mobilizadas, tais como autonomia, flexibilidade e articulação local. Nesse caso, os aspectos que qualificam a experiência de bibliotecas públicas e bibliotecas populares são os mesmos.

A questão levantada foi: qual seria, então, a diferença semântica e prática, em suas ações, entre essas tipologias e suas aplicabilidades?

A terminologia “biblioteca comunitária” foi citada, pela primeira vez, em 1978, por Carminda Nogueira de Castro Ferreira quando, referindo-se a um projeto internacional, visava a integração da biblioteca pública com a escolar (Almeida Júnior, 1997). Essas bibliotecas que possuíam um objetivo, gestão e operação de trabalho voltados a sua comunidade, ao incentivo, promoção e democratização do acesso ao livro, à educação e demais práticas de sociabilidade no grupo encontraram, conforme consta na literatura de área, dificuldades na definição do conceito, uma vez que suas ações transitavam em diferentes frentes de atuação, como, por exemplo, sua forte presença na implementação de ações de assistência social e integração entre a sede e as escolas locais.

Nessa análise, foi possível observar a mesma relação conceitual entre os termos “comunitária” e “popular”, sendo que o segundo termo se remetia à natureza pública das bibliotecas em sociedade. Portanto, o conceito de comunitário pareceu mais preciso. De modo que, segundo Almeida Junior, 1997 *apud* Machado, 2009, p. 8;

estaria sendo empregado com o intuito de destacar essa proposta de outras tantas existentes, tornando-a mais atraente, inclusive para a sociedade que, em função dessa nova designação, pode imaginá-la tratando-se de uma instituição diferente da biblioteca pública sobre a qual já possui um estereótipo formado. Assim a biblioteca comunitária passaria para a sociedade, por uma nova entidade, não carregando preconceitos e ideias preconcebidas que prejudicariam sua atuação;

Conforme as leituras, foram traçadas aproximações que retomaram as palavras-chave “autonomia, flexibilidade e articulação local” como aspectos característicos do espaço analisado. O argumento central trabalhado foi que existiam diferenças conceituais entre bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias e, por isso, foi necessária, à pesquisa, aproximar-se da proposição teórica de Machado (2009), através da qual ela reuniu, em um quadro de índices, os aspectos que as diferenciavam (Quadro 1).

**Quadro I – Quadro comparativo entre Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Comunitárias.**

<b>Características</b>	<b>Bibliotecas Públicas</b>	<b>Bibliotecas Comunitárias</b>
Fundamentação	Projeto técnico <sup>4</sup>	Projeto político social <sup>5</sup>
Legitimidade	Dada pelas leis	Dada pelo grupo
Estrutura	Vinculada a órgão governamental	Vinculada a um grupo de pessoas, podendo ou não ser parceira ou ter apoio de órgão públicos e privados.
Hierarquia	Rígida – altamente hierarquizada	Mínima - Flexível
Equipe Interna – Constituição	Funcionários da Administração Pública, alocados no equipamento independentemente do seu vínculo local.	Membros da comunidade.
Equipe interna - Postura	Dependência	Autonomia

Fonte: Machado, 2009, p.89.

A partir dessa contribuição teórica, foi que o conceito de biblioteca pública *versus* biblioteca comunitária pôde ser trabalhado na investigação, pois demarcava as características determinantes da Biblioteca Sete de Abril, tais como: fundamentação, legitimidade, estrutura, hierarquia, equipe interna – constituição e equipe interna - postura. Isso levou à compreensão que os projetos de fundação de ambas traziam inclinações distintas. No caso das bibliotecas públicas, o projeto é técnico, ao passo em que, nas bibliotecas comunitárias, é um projeto político social.

Nesse sentido, a perspectiva conceitual de Machado (2009, p.88) ajudou a aprofundar os critérios de segmentação que consideravam “legitimidade”, o diálogo entre esses espaços e a sociedade, delimitando “quem ou o quê legitima esse lugar?”. No caso de bibliotecas públicas, contrariamente, a legitimidade aparece ancorada em leis (que a autora não especifica se federais, estaduais ou municipais). No que concerne às bibliotecas comunitárias, portanto, a legitimidade é dada pelo seu grupo social. A partir desses critérios de análise conceitual foi possível compreender melhor as outras características que se seguiam no caso da Sete de Abril, como a estrutura, a hierarquia e a constituição de suas equipes.

Esse quadro comparativo foi importante porque trouxe a dimensão indispensável da participação popular na criação, gestão e articulação às bibliotecas comunitárias no país sem, com isso, descredibilizar outras formas de concretização de projetos diferenciados voltados às

bibliotecas. Tomando esse estudo como referência, foi possível reiterar o teor “comunitário” do *corpus* empírico em exame. A Biblioteca Comunitária Sete de Abril reunia, como apontou o quadro acima, todas as características de uma biblioteca comunitária contemplando, portanto, sua gestão compartilhada, seu projeto político-social e a sua capacidade de articular parcerias com iniciativas públicas e privadas, mas mantendo a sua autonomia.

Esse apontamento foi destacado no sentido de reafirmação do espaço e seu propósito, que se traduzia, em ações inauguradas pelo sonho de Gicélia Barros, em qualidade de um projeto de vida que foi, rapidamente, transformando-se em uma grande teia de possibilidades, congregando em si muitas outras histórias. Um exemplo dessa articulação foi a posterior criação de um curso pré-vestibular, ainda no início da sua trajetória, para incentivar os estudantes a darem continuidade aos seus estudos e ingressarem no ensino superior. Em uma de suas falas, Gicélia declarou que: “foi então que criamos, também dentro da Biblioteca, um cursinho pré-vestibular onde os jovens que dominavam alguma disciplina ensinavam àqueles que estavam querendo acessar a universidade, e isso foi feito. Graças a Deus a gente conseguiu que alguns jovens passassem no vestibular em universidade pública e foi muito bacana” (Barros, 2021).

A manifestação das educações, entendidas como múltiplas, pois destinadas às diversas finalidades, deve ser pensada como uma forma de “experiência, cultura e modos de sociabilidade” (Rufino, 2018, p.32). Para Rufino, a educação é constituinte de uma espécie de roda viva que, no tempo e espaço das relações humanas, retroalimenta-se a partir dos elos comunitários em um lugar de potência criativa interconectada.

A potência educacional comunitária a que se refere Rufino, também foi reiterada pelo educador Paulo Freire (1996), ao trata do axioma pedagógico acerca da “educação enquanto prática de liberdade”, no sentido de reinventar os processos educativos dentro de uma abordagem dialógica, que busca a emancipação do sujeito e, com isso, o distanciamento “tentáculos coloniais” e seus efeitos nocivos à livre manifestação do pensamento. Uma vez que o exercício do pensamento crítico se inscreve na prática de uma “experiência político-pedagógica” (Freire, 1996), passamos a compreender que

A solidariedade social e política de que precisamos para construir uma sociedade menos feia e arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática, uma prática de real importância. A aprendizagem de assunção do sujeito é incomparável com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (Freire, 1996, p. 24)

Nessa perspectiva, a biblioteca comunitária Sete de Abril atuou como um agente de transformação social a partir do momento em que seu projeto político-social, como foi visto

anteriormente, tensionou as estruturas pedagógicas hegemônicas através da sua participação na agenda política da comunidade. De modo geral, quando representantes de bibliotecas comunitárias participam de campanhas em prol da leitura como um direito humano, pela não taxação de livros, pela garantia de políticas públicas integradas, entre outros exemplos de ações que atendam a sua comunidade nos quesitos de educação, mas também de saúde, no combate à fome e, não menos importante, no compromisso de estabelecer a acessibilidade universal nos espaços da biblioteca, o que se tem é a materialidade de uma prática social comunitária.

Como problematizou Almeida Júnior (1997, p. 89), “uma biblioteca não é um mero depósito ou armazém de livros”. Longe de ser um espaço parado no tempo, a biblioteca leva informações diversas à sociedade. Armazem-se livros, pois neles estão contidas informações que geram conhecimento à comunidade e, com isso, tornam-se também importantes ferramentas de poder.

De acordo com Gicélia (2021), o reconhecimento da comunidade sobre a Biblioteca Comunitária Sete de Abril como um espaço relevante para a educação se deu coletivamente e de forma espontânea. Como o projeto tomou proporções maiores dentro da comunidade houve um momento em que foi necessário ampliar o espaço e, com isso, foi preciso sair da Paróquia Nossa Senhora do Carmo para vislumbrar outros horizontes. Nessa fase, foi preciso formalizar uma instituição jurídica à Biblioteca, de modo que possibilitasse sua inscrição em editais públicos e privados, a fim de tentar o acesso aos recursos públicos que seriam aplicados à estrutura do espaço e ao encaminhamento de suas ações.

Em reunião aberta com pessoas da comunidade, Gicélia Barros (2021) contou que alguns novos nomes foram citados e, após votação, foi criada a Associação Beneficente Cultural “Ugo Meregalli”, em alusão a um padre de muita relevância para as pessoas do bairro. A partir disso, em parceria com Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional, CONDER, e um abaixo-assinado junto à Associação de Moradores do bairro de Sete de Abril, a Biblioteca construiu sua nova sede na rua Felícia, número 2, próximo ao Posto de Saúde, Escola Municipal Afrânio Peixoto e à creche CEMEI.

A Associação Cultural e Biblioteca Comunitária funcionava por gestão compartilhada, ou seja, a comunidade participava ativamente do planejamento das ações, do funcionamento, organização e limpeza do espaço. Voluntários da própria comunidade ajudaram a viabilizar os projetos da BC<sup>5</sup> e, quando havia disponibilidade de tempo, desenvolviam projetos acolhidos por outras instituições como, por exemplo, nas escolas do bairro, que recebiam atividades

---

<sup>5</sup> Abreviação para “Biblioteca Comunitária”.

promocionais de conscientização da saúde da mulher do Posto de Saúde na localidade, dentre outros.

Ao longo de sua trajetória, projetos como o Bazar C & A, em parceria com o Instituto C & A, renderam frutos significativos à Associação, como o prêmio Instituto C & A - Praça de Salvador, em 2014. A indicação de Gicélia Barros ao prêmio Voluntário Cidadão, pela Santa Casa de Misericórdia, em 2008, e a doação de toda a quantia arrecadada com as inscrições no Circuito de Corrida e Caminhada da Longevidade, patrocinado pelo Bradesco Seguros, em novembro de 2014.

A Associação Cultural e Biblioteca Comunitária sempre desenvolveu, conjuntamente, ações de leitura e arte-educação, como a mediação de leitura para todos os públicos, desde crianças à terceira idade, possuindo, durante a semana, um calendário de atividades fixas que incluíam a costura criativa; um projeto com as mulheres da comunidade que criam seus *designers* de moda e costuram para, ao final de cada ano, compor o vestuário em um desfile que também era realizado no espaço da Biblioteca.

Os empréstimos de livros ocorriam durante toda a semana, além do espaço livre para os estudantes disporem de mesas e cadeiras adequadas ao estudo e à realização de trabalhos escolares. Oficinas e cursos de dança, artesanato, capoeira, boxe, audiovisual, contos literários e apresentações do teatro de bonecos eram atividades ofertadas pelo calendário da Associação. Ademais, outras ações sociais ocorriam para arrecadação de materiais de limpeza, higiene pessoal, roupas e sapatos, além de brinquedos, doados para as famílias carentes da comunidade e região. Havia, também, a distribuição, todas as quinta-feira, do mingau ou sopa para as famílias em vulnerabilidade social, inscritas na lista da Associação.

No auge da pandemia, em 2021, a equipe da Associação manteve contato direto com as famílias das crianças e jovens que costumavam ir à Biblioteca, a fim de desenvolver a mediação de leitura à distância, promovendo um suporte emocional e material, através de doações de roupas, materiais de higiene e/ou cestas básicas.

Conforme Rufino (2018), vi que, no processo de análise de todos esses dados coletados em campo e que precisamente dialogam com a fala de Gicélia (2021), é que foi possível traçar conjunturas fluídas entre uma reflexão epistemológica e uma abordagem metodológica, pois a produção de conhecimento - e o ato de educar - se inscreve no fluxo de “invenção e continuidade nas frestas” (Rufino, 2018). Se uma biblioteca comunitária possui, em sua base estrutural, um equipamento de cultura voltado à comunidade e a um projeto político-social que credibiliza sua própria atuação e relação com seu grupo, é porque entendemos que sua

resistência ocorre nas “frestas”, em uma articulação política que permite fraturar o sistema tradicional.

Em tempo, a reflexão que Allan da Rosa (2019) chamou de “pedagoginga” e “mocambagem”, como uma construção viva e pulsante dentro das dinâmicas pedagógicas autônomas foi um dos aspectos que permitiu entender a ação do Teatro de Bonecos como uma proposta pedagógica de incentivo à leitura, à brincadeira e ao sonho; uma dinâmica igualmente em condução autônoma como proposta já explorada por Gicélia Barros. Por pedagogia autônoma, entende-se a concepção de um processo educativo junto ao repertório cultural dos sujeitos, em roda, estabelecendo conexões e diálogos nutridos de ginga e autenticidade. Nas palavras do autor;

Lidar com elementos simbólicos de uma cultura em que se reconhece, num espaço considerado pedagógico e através de uma intervenção metódica, sistemática que intenciona não depreciar esses elementos, apresenta um ganho e uma reviravolta no espelho dos saberes. Um mergulho mais qualificado e honroso, recheado de autoestima e de um equilíbrio necessário para aprender e reaprender o que já estava no perfume atrás de cada orelha, dentro da sujeira das unhas de cada trabalhador, que chegava trazendo seu caderno e sua vontade de harmonia com o saber, com a própria pele, com o pensamento e a criatividade ancestral, com o abecê, com as regras sociais e com o universo do conhecimento. (Da Rosa, 2019, p.139)

## 1.2 DESIGUALDADE SOCIAL, GÊNERO E DISCURSO

Elaborar, dessa forma, um pensamento que atrela a educação à tecnologia ancestral do Axé, como propôs Rufino (2018), e à “Teoria Suada”, de Da Rosa (2019) é ressignificar processos de aprendizagem que foram, historicamente, inscritos em uma agenda política curricular do que se denomina “Estado Colonial”. Um “Estado” que se institui em todas as esferas da vida social, política e econômica cerceando liberdades com base em discursos monorraciais subsidiados pela tríade “raça, igreja-estado, nação”, cujo manejo das subjetividades é caracterizado pela vigilância e dominação dos corpos (Rufino, 2018, p.32).

Se a religião está, historicamente, atrelada ao conhecimento que, nesta perspectiva, comporta-se à mando do colonialismo, romper com essa estrutura trazendo à discussão a reflexão epistemológica da Pedagogia da Encruzilhada (2018) na figura do Orixá Exu, primordial à comunicação, é, portanto, “bater um paó”<sup>6</sup> à cultura, à tecnologia, à arte e ao conhecimento das populações que foram escravizadas. Ainda hoje, essas populações sofrem

---

<sup>6</sup> De acordo com a plataforma de cursos Yorubá “Educa Yorubá”, “pawó” é um verbo composto: Pa (bater) + Owo (mão). Na religião do candomblé, o significado seria, então, o ato de “bater as mãos”, algo que liturgicamente representa reverência e saudação aos mais velhos, aos próprios Orixás e a qualquer procedimento sagrado que esteja sendo feito no ato da saudação. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=NEUvOi1\\_fQ](https://www.youtube.com/watch?v=NEUvOi1_fQ)> Acesso em 2024.

os atravessamentos de uma sociedade racista e patriarcal onde a desigualdade social sempre foi um projeto de extermínio e subalternização de corpos pretos, transexuais, indígenas, entre outros, mutilados tanto pelos índices de violência física, econômica, social, psicológica e espiritual, além do - e não menos importante - silenciamento de suas próprias narrativas na produção intelectual; algo precisamente apontado por Sueli Carneiro (2005) como sendo “o epistemicídio” dentro da lógica de produção científica.

Nesse contexto, busquei um olhar mais próximo ao marcador social de gênero enquanto uma lente possível para “aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial”, gênese da modernidade capitalista que, segundo Lugones (2014), é a segunda modernidade configurada após a Revolução Industrial, uma vez que usa das dicotomias na hierarquização das experiências entre os corpos considerados “sujeitos” e os que foram deslegitimados dentro desse mesmo sistema econômico, cultural, político e social.

A colonialidade do gênero ancora-se no, segundo a pensadora, no humano *versus* não-humano, homens *versus* mulheres. Assim, nesse contexto, gênero construía sexo. “O dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana.” (Lugones, 2014, p. 937). Essa reflexão foi importante para elaborar a temática do gênero atrelada ao *corpus* empírico dessa pesquisa, já que a Biblioteca Comunitária Sete de Abril foi sonhada e, é ainda gerida e administrada por mulheres, sobretudo negras.

Em entrevista, Ana Paula Carneiro, voluntária há 10 anos na Associação Beneficente e BC Sete de Abril, contou como chegou nesse espaço e foi acolhida por Gicélia Barros:

Quando eu cheguei na Biblioteca Comunitária Sete de Abril, costumo dizer que tem três palavras com a letra A que me chamam a atenção: Acessibilidade; Acolhimento e Articulação. Acessibilidade porque percebi que a Biblioteca, como poucos outros espaços que eu conhecia, tinha uma rampa de acesso para cadeirantes. Então percebi que ali haviam pessoas preocupadas pensando sobre a questão da acessibilidade. Depois disso, a pessoa que me acolheu, Gicélia Barros, naquele espaço, me apresentou todo o espaço, me levou pra visitar todo o ambiente e fez com que eu me sentisse uma pessoa acolhida pelo espaço, pelas pessoas. Era como se eu já fizesse parte de tudo aquilo. Então eu já estava pronta pra ser essa voluntária que sou há dez anos. A terceira palavra é articulação porque, naquele momento, Gicélia me contou que a Biblioteca tinha uma articulação com um polo de leitura que se chamava “Emredando Leituras”, e que se articula com outro polo de leitura que se chamava “Toque Literário”, tudo a partir do Programa Prazer em Ler. (Carneiro, 2024)

Sua fala deixou explícita a potência articuladora desse espaço de leitura, das artes e de incentivo à cultura na sua comunidade. Para ampliar esse aspecto, voltemos à reflexão sobre a educação decolonial. Como pensar a construção do conhecimento emancipatório e suas práticas dentro de uma lógica colonial sufocante às subjetividades plurais de sujeitos e sujeitas em sociedade? A única via é se afastando da condição de objeto, conforme foi conceituado por

bell hooks (1989), como um lugar no qual colonizados e colonizadas foram forçosamente alienados da construção das próprias realidades, submetidos ao terror colonial (Lugones, 2014) que, estrategicamente, forjou as identidades para, ao contrário, construírem politicamente suas próprias histórias, agora na qualidade de sujeitos sociais (Kilomba, 2019).

Esse movimento também foi manifestado na relação “arte-trabalho-religare”, comentada por Da Rosa (2019) acerca da cultura afro-brasileira, na qual essa tríade apresenta-se como uma força vital de movimento do corpo, do pensamento e, inclusive, do espírito. Uma dimensão aberta, em que não se tem o intuito de segregar em departamentos os diálogos próprios ao ato de aprender, mas, ao contrário, faz um convite aos seus pensadores, sua filosofia ancestral, os ensinamentos griôs e demais dinâmicas constituintes do processo de apreensão do conhecimento para o seu povo.

É interessante refletir sobre a escolha das palavras em um modo de pensamento que é articulado por essência; voltado à margem daquilo que se apresenta como dominante. Isto é, na nova configuração do ethos social, no Brasil, articular a partir das margens não seria apenas endossar o coro que desqualifica um discurso hegemônico, mas, na perspectiva explorada por Da Rosa (2019), pensar à margem seria antes alimentar, multiplicar, prosperar, coletivamente junto, àqueles e àquelas que, inseridos na trama cotidiana das desigualdades, “arrancam a vida com a mão”, como versa Caetano Veloso (1982), e transformam em matéria-prima que dá forma à poética de suas existências em luta.

Desse modo, a palavra enquanto meio constituinte do processo de comunicação, tendo em vista as diversas formas de comunicar, constitui-se como parte indispensável ao ato de educar. Enquanto atividade humana, a educação assume um caráter polifônico e dialógico criando pontes entre o “eu” e o “outro” em um constante movimento comunicacional (Bakhtin, 2011 *apud* Rufino, 2018, p.18). Esse movimento, quando perspectivado pelas epistemologias do sul<sup>7</sup>, convida a presença de Exu, enquanto a própria manifestação da fala e todo o leque de potencialidades constitutivas do conhecimento oferecidas por ele.

Conforme o prólogo do livro *Mitologia dos Orixás*, de Reginaldo Prandi (2000), Exu busca de solucionar os problemas que assolavam os seres humanos, as divindades e os animais traduzidos em doenças, pobreza, infertilidade, morte e demais infortúnios e, por isso, se lançou

---

<sup>7</sup> “As Epistemologias do Sul se referem à produção e validação dos conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que, sistematicamente, têm sofrido a injustiça, a opressão e a destruição causada pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.” (Santos, 1994 *apud* Da Rosa, 2020) Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/172642/168805>> Acesso em 2023)

à escuta. O Orixá ouviu, de muitas pessoas, todas as histórias que tinham para contar, dos dramas infundáveis às glórias absolutas. O livro reuniu, assim, 301 histórias que, em numerologia iorubá, caracterizam-se em um número incontável de narrativas e, com isto:

(...) o Orixá mensageiro tinha diante de si todo o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios sobre a origem e o governo do mundo dos homens e da natureza, sobre o desenrolar do destino dos homens, mulheres e crianças e sobre os caminhos de cada um na luta cotidiana contra os infortúnios que a todo o momento ameaçam cada um de nós. (Prandi, 2000, p. 10).

Tracei esse paralelo no intuito de reunir histórias de vida, contos e poesia com a abordagem metodológica proposta nessa pesquisa de maneira a suscitar uma aproximação constante com o *corpus* empírico que mobiliza, por essência, aspectos afetivos e líricos <sup>8</sup> das experiências sociais; das vozes e narrativas de sujeitos e sujeitas que movimentaram um sonho em forma de biblioteca.

A partir dessa aproximação, a construção do discurso enquanto um campo de análise que traz a enunciação em relação direta com os “gêneros de discurso trabalhados nos setores do espaço social (um café, uma escola, uma loja...) ou nos campos discursivos (político, científico...)” (Maingueneau, 1996, p.13), tentei entrelaçar as vozes de outras mulheres, voluntárias ou participantes das ações da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, que multiplicaram a voz de Gicélia Barros enquanto agentes formadoras de discurso. Para isso, resgatei, da abordagem metodológica de Maingueneau (1996), apenas os aspectos que constituíam e caracterizavam uma formação discursiva ou um determinado gênero discursivo que “relaciona falas a lugares”.

Como primeiro elemento de análise, busquei aproximar ao conceito de discurso, segundo Maingueneau (1996), as vozes da comunidade de Sete de Abril. Para ele,

(...) a análise do discurso como a disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si, ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social. Ela está, portanto, em relação com os gêneros de discurso trabalhados nos setores do espaço social nos campos discursivos (político, científico...) (Maingueneau, 1996, p. 13).

Assim, pude entender que o discurso, conforme postulou o autor, parte sempre de uma enunciação que se materializa como voz coletiva. Discurso não é o resultado de um proferimento de uma fala individual, mas enunciação, isto é, a vocalização de falas que expressam um modo de pensar (relativo a um quadro de valores, normas, ideologias) coligado

---

<sup>8</sup> De acordo com o site Meu dicionário: Lirismo: 1. qualidade de lírico 2. estilo elevado, mavioso e apaixonado 3. sentimentalismo exacerbado 4. entusiasmo; exaltação de espírito. Disponível em: <<https://www.meudicionario.org/lirismo>> Acesso em janeiro de 2023.

a um modo de agir. Nesse sentido, discurso ocorre no coletivo. O tema, o canal, o dialeto, entre outros elementos aplicados; os turnos de fala em uso na comunidade são, então, passíveis de reflexão e interpretação a partir da análise do discurso. Portanto, o fato das pessoas que fizeram/fazem a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril ser, com poucas e pontuais exceções, constituída por mulheres, dentre avós, mães, filhas, irmãs e tia é que possibilitou observar como uma construção do discurso próprio à instituição partiu de um lugar marcado pelo gênero, pela raça e pela classe social.

Daí que explorei, então, os dados do campo através de algumas palavras-chave: campo discursivo, co-enunciador, contexto, análise conversacional, discurso e gênero do discurso. Esses tópicos auxiliaram a compreensão das variáveis discursivas na composição do banco de dados da pesquisa.

O discurso como “atividade fundamentalmente interacional” (Maingueneau, 1996, p. 18) foi ressaltado a partir das falas das mulheres, tanto as que constituíram a equipe da Associação Beneficente e Biblioteca Comunitária, quanto as que compuseram o público frequente do espaço. Dentro desse subconjunto, inserido no campo discursivo, atuei como uma pesquisadora, mas também co-enunciadora, ampliando, assim, certa rigidez do método do autor.

A utilização do conceito de co-enunciação foi necessária para compreender que, além de um co-enunciador atuar como um participante “regulador”, no sentido de suas reações interferirem ao que é dito pelo enunciador, importa destacar que o próprio enunciador manifesta, em sua fala, aquilo que Maingueneau (1996) chamou de Metadiscurso. Isto é, “todo enunciador é também seu próprio co-enunciador, que controla e, eventualmente, corrige o que diz” (Maingueneau, 1996, p. 22).

À medida que o campo foi trabalhado, observei o comportamento do contexto discursivo em que todos os enunciadores estavam envolvidos, uma vez que, para esse tipo de abordagem analítica, é o contexto que “apreende o discurso como uma atividade inseparável de si”. Abordagem muito alinhada à reflexão trazida, desde o início, no trabalho, dado que não seria viável aprofundar o estudo sem levar em conta alguns componentes do contexto; “(...) os saberes dos participantes sobre o mundo, seus saberes respectivos de um sobre o outro, um saber sobre o pano de fundo cultural da sociedade de onde emerge o discurso(...)” (Maingueneau, 1996, p. 33).

Importante destacar que também notei, na formação do discurso contextualizado, a manifestação de um reconhecimento coletivo pelo trabalho que a Associação Beneficente

Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril desenvolveu em projetos de assistência social, sobretudo no que diz respeito à promoção da leitura para as crianças do bairro. Como exemplo, a voluntária Tanilda relatou que:

Principalmente ensinando às nossas crianças a saber o que é ler e escrever. Para crescer sabendo ler e escrever direito porque isso, pra mim, é a parte principal na vida das nossas crianças que estão crescendo. E, também, o projeto que tem aqui, que ajuda as nossas crianças carentes, com a ajuda dos alimentos, e está sendo muito satisfatório para nós. (TANILDA, 2021)

Em outro relato, agora de Maria das Virgens dos Santos Souza, ela disse que:

Eu não tenho o que reclamar do projeto, né, o projeto é muito bom, o ensinamento é muito bom. Eu estou muito feliz de ter essa comunidade para ajudar o próximo. O projeto ajuda muito a comunidade carente, pobre (...) Eu só tenho que agradecer a Deus, não tenho mais palavras para resumir e dizer a alegria que eu tenho aqui, dentro da Biblioteca. (Souza, 2021).

Observei, assim, que a formação do discurso caracterizador da instituição incluía os relatos de pessoas que participaram como agentes, diretas e indiretas, do espaço. Assim, “o contexto aparece como produto de uma construção dos interactantes: frequentemente, a natureza do gênero de discurso, o papel dos participantes e a natureza do quadro espaço-temporal são objeto de conflitos, de negociações.” (Maingueneau, 1996) Dado que também estive inserida como voluntária, atuante no contexto de trabalho, pude trazer, para o escopo da análise conversacional, o cerne das relações interactantes estabelecido durante o campo. Essa análise, como apontou Maingueneau (1996), seria uma “análise das interações verbais” que explicita, mais do que descreve exhaustivamente, a organização das formações discursivas para além da sua construção verbal passando, então, a observar os turnos de fala, das faces, o comportamento do enunciatador ou enunciatadora no momento de manifestação do que está sendo enunciado.

Esses dados foram explorados na vivência do campo que se estabeleceu em uma rotina de atividades fixas e por ações esporádicas de fomento às artes e à literatura. Por isso, as entrevistas trazidas aqui foram realizadas em tempos diferentes, com um encaminhamento mais fluido, privilegiando o conversacional com perguntas abertas utilizando o subsídio da observação direta intensiva assistemática e participante (Lakatos; Marconi, 1985).

Mais uma vez, a fala de Maria das Virgens dos Santos Souza, mais conhecida como “Aninha”, moradora do bairro Sete de Abril, vocaliza as muitas falas de outras mulheres da comunidade, através da qual ela declara não sabe ler e, justamente por não ter tido a oportunidade de estudar, insistiu para que seus netos frequentassem a Biblioteca. Assim, tomariam gosto e incentivo à leitura. Quando questionada sobre como vê e o que acha dos

projetos da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, ela expôs:

Conheço aqui há muito tempo, logo quando estava formando, né, quando ainda não estava assim, tudo arrumado. Agora está outra melhoria, né, melhorou muito! O ensinamento que ela (Gicélia Barros) botou para as crianças, ajudou muito meu outro neto que estava aqui também, Nicholas Gabriel, mas ele não está mais aqui, em março eu mandei ele de volta pra São Paulo, só venho com a pequena. (Souza, 2021)

Aranildes Melo, outra voluntária da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, moradora do bairro, disse:

Esse projeto da Biblioteca chegou aqui, né, no nosso bairro Sete de Abril, tô achando maravilhoso tudo o que está acontecendo aqui está deixando nossas crianças felizes. Principalmente ensinando às nossas crianças a saber o que é ler e escrever. Para crescer sabendo ler e escrever direito porque isso, pra mim, é a parte principal na vida das nossas crianças que estão crescendo. E, também, o projeto que tem aqui, que ajuda as nossas crianças carentes, com a ajuda dos alimentos, e está sendo muito satisfatório para nós. Que este projeto continue, que Jesus abençoe e vá mais e mais à frente ainda, que consigam mais e mais pessoas para estar com a gente, para não parar, e continuar. Sou moradora de Sete de Abril desde que nasci, gosto muito do meu bairro e a cada dia que passa o nosso bairro está melhorando mais e mais. (Melo, 2021)

Houve, portanto, a formulação de um discurso comum que entendia a Biblioteca como um espaço de pertencimento; Melo (2023) reiterou, em sua fala, diversas vezes a expressão “nossas crianças”, colocando-se como sujeita em contexto em que os elos comunitários se faziam presentes nas dinâmicas interacionais.

Para Maingueneau (1996), discurso seria como um termo que “designa menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem: este último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (Maingueneau, 1996, p. 43). Alguns subtópicos das falas analisadas acompanharam essa descrição do discurso e sua aplicabilidade, segundo ressaltado pelo autor, dentre eles, discurso/frase, discurso/enunciado, discurso/língua, discurso/texto e discurso/narrativa. Contudo, não foi objetivo dessa pesquisa realizar uma análise descritiva estrutural das falas, mas delimitar, localizar a enunciação de sujeitos imersos em contexto.

Se um discurso se constrói em um conjunto de enunciados que “dependem da mesma formação discursiva”, conforme colocado por Michel Foucault (1969, p.153), e retomado pelo próprio Maingueneau (1996, p. 45), é porque das falas em contexto emergem a enunciação, um discurso, portanto. Essa formação discursiva entendida pelos autores designa, então, um conjunto de enunciados que orbitam o mesmo sistema de regras, historicamente determinado. Portanto, o “contrato, o contexto, e o ritual” incidem sobre o discurso e elaboram, dentre alguns

aspectos, “as circunstâncias temporais e locais de enunciação, o suporte e os modos de difusão” Maingueneau (1996, p. 45).

Nessa pesquisa, o propósito não foi aprofundar, minuciosamente, subtópicos, subtemas e variantes da descrição estrutural própria à análise do discurso em um estudo linguístico, por exemplo. Antes, interessava refletir a associação e aplicabilidade de certos conceitos utilizados na leitura dos dados coletados em campo, expressos nas falas encarnadas de sujeitos e sujeitas. O objetivo foi destacar a articulação entre os referenciais teóricos, entendendo-os, também, inseridos em um contexto da museologia social, perpassando seu lugar, papel e função, mais do que atender às particularidades linguísticas próprias ao tipo específico de abordagem metodológica explorada.

## **2. “NOSSO ACERVO ESTÁ ONLINE!”: OS ATRAVESSAMENTOS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E VIRTUAL NA CRIAÇÃO DE UM PROJETO DE MEMÓRIA**

Essa seção procurou explorar o trabalho de análise articulando os conceitos da museologia social e da memória coletiva com o intuito de compreender o *corpus* empírico da pesquisa, a dinâmica do trabalho de campo que se relaciona, intrinsecamente, à fala e aos elos comunitários na construção de um projeto de memória. Dado que a comunidade atua na concretização do sonho de Gicélia Barros, e a Biblioteca Comunitária Sete de Abril estrutura-se com valores como: a leitura como um direito humano, o enraizamento comunitário e a gestão compartilhada, busquei focar, dentro das possibilidades oferecidas pelas museologias, a museologia social, virtual e sua implicação com a memória coletiva.

### **2.1 ASPECTOS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA**

Ao longo da pesquisa pôde-se perceber que houve uma inclinação necessária à análise de certos aspectos referentes à memória, sobretudo no que se refere à sua dinâmica em um contexto social, cultural e econômico específico. Além disso, foi preciso discorrer sobre os principais agentes implicados nesse processo. O propósito foi reafirmar que a investigação compreendia uma reflexão teórica e epistemológica fortemente implicada à política de resistência do equipamento de leitura e acesso à cultura sob um recorte de gênero, que se destacou porque a instituição foi gerida sempre por mulheres negras. Segundo Santos 2004 *apud* Da Rosa, 2019, p.46;

(...) uma das características da fonte afro-brasileira é a presença de seus pensadores na vivência diária de suas comunidades, em relação direta e orgânica com suas questões prementes, e não alheios a elas. Tal ligação existe no contato corporal, presencial, no partilhar dos mesmos desafios, no dividir do mesmo espaço natural e lugar político, dos mesmos cantos, rodas e colheitas, sem que se diminua a capacidade de abstração e autonomia dos intelectuais. E aí o corpo, a voz melodiosa, a artesanaria, o faro, a aspereza e a maciez sentidas, a coluna e as solas com seus pedaços de caminhos e posturas, o texto e suas vibrações, tudo que acompanha a mentalização surge como fator integrante na formulação de conhecimento e de reflexão, com seus desafios e práticas.

Tais contribuições quando pensadas e articuladas junto à sabedoria do corpo, ou seja, próximas à materialidade corporal considerada fundamental na construção das relações sociais (Soneghet, 2021), teceriam um cenário mais ativo, dando nome e sobrenome a sujeitos e sujeitas, entendendo, enfim, suas particularidades, uma vez que cotidianamente comungam de experiências similares. Essa perspectiva foi adotada observando o campo da museologia social e seus desdobramentos políticos na proposição efetiva de projetos de memória que salvaguardam os bens materiais ou imateriais de tradições populares.

Assim, os bens puderam ser, por sua vez, reconhecidos e preservados em sua potencialidade, isto é, no agenciamento cultural e na luta pelos direitos da comunidade da qual faziam parte. Proteção legal, tombamento, registro, intervenção e dinamização foram algumas ferramentas integradas nesse processo de reconhecimento dos bens culturais da comunidade, mas caberia ainda endossar a necessidade do diálogo entre o poder público, através das autarquias, com as comunidades implicadas durante todas as etapas dos trâmites legais.

Uma vez que a museologia social surgiu enquanto uma abordagem aberta em que “se admite que suas definições são processuais e transitórias” (Moutinho, 2014, p. 423), tornou-se preciso articular a função social dos museus para posicioná-los a uma postura crítica frente aos acontecimentos e problemáticas sociais. Entendida como um movimento acadêmico, político, ideológico e metodológico, a museologia social conduziu à premissa colocada por Chagas (2021); “uma museologia que não serve para a vida, não serve para nada.”

Foi a partir da observação de que museus eram considerados espaços de cultura e educação que passei a explorar os dados empíricos que exemplificavam sua prestação de serviço à comunidade, sobretudo ao relacionar o direito à memória e à cultura. Estes foram aspectos indispensáveis para compreender a inserção da museologia social no campo das políticas de cultura, a partir da aplicabilidade de planos de trabalho e da criação de políticas públicas que atendiam à comunidade.

No seu percurso histórico, o Brasil passou a investir mais recursos e aportes financeiros no setor museológico com a definição da Política Nacional de Museus, no ano de 2003, através

da atuação do Ministério da Cultura, sob a regência do Ministro da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira. “Os museus do Brasil estão bem vivos”; com essa declaração Gil (2007) compôs o dossiê Política Nacional dos Museus - Veredas e Construções de Uma Política Nacional de Museus (2007), documento no qual destacou termos como “revitalização” dos equipamentos de cultura e educação que passaram anos sob redução dos investimentos por parte do Governo Federal.

Algumas diretrizes componentes da Política Nacional dos Museus preencheram, em parte, algumas lacunas sobre a preservação e tombamento de edificações e acervos, investindo na modernização tecnológica e de gestão administrativa dos museus, bem como na criação de estratégias que visavam democratizar o acesso da população aos espaços e seus acervos. Assim criou-se bases para o avanço da Política Nacional de Museus, além de um Programa de Capacitação e Formação em Museologia e o Cadastro de Instituições Museológicas, em 2003.

O marco fundamental sobre o reconhecimento das questões do setor museológico para as políticas de cultura no país, consolidado pelo documento, levou à criação, em 2009, do Estatuto de Museus e, em 2010, o Plano Nacional Setorial. Respectivamente, o Estatuto de Museus foi instituído pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013, que regularizava todos os setores e atividades museológicas no país. Ademais, o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM, inicialmente elaborado em 2009, sob forma de plenárias estaduais, foi consolidado em 2010, com o 4º Fórum Nacional de Museus, segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM.

O teor democrático contido na ampliação do diálogo com a sociedade, durante os processos de consolidação de tais políticas para o setor, acabou remetendo à observação dos aspectos sociais atrelados à memória. A expressão conceitual “cultura da memória”, cunhada por Beatriz Sarlo (2005), foi usada, nessa pesquisa, tão somente para contextualizar os testemunhos que perpassaram a formulação de narrativas históricas, culturais e políticas da BC. Esse trabalho, contudo, não pretendeu aprofundar a discussão sobre a implicação entre história e memória, dado o nível de complexidade do tema, que desviaria, consideravelmente, a tônica do trabalho. Se foi dado maior destaque à perspectiva de Sarlo (2005), foi devido a importância dada à oralidade, aspecto de análise reconhecido, inclusive, na sociedade contemporânea, pois materializa tanto a transmissão de tradições ancestrais, quanto a forma de conhecimento e construção de grandes narrativas sociais, políticas e culturais, nas quais todas as formulações discursivas estivera, implicadas.

As ‘visões de passado’ (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um tom dominante nas ‘visões do passado’. (Sarlo, 2005 p. 12)

Portanto, na proposta de reflexão teórico-epistemológica de Sarlo foi observada que a memória, e sua declaração enquanto relato, testemunho, não se encontrava contrária à construção de narrativas históricas, mas que era necessário compreendê-la sob a “crítica do testemunho: sujeito e experiência”. A questão central de Sarlo (2005, p.12) era: “deve prevalecer a história sobre o discurso e renunciar-se àquilo que a experiência teve de individual?”.

Com as devidas ressalvas colocadas ao campo da crítica literária e aos acontecimentos históricos que marcaram as civilizações ao longo do tempo, a autora estruturou seu pensamento na seção “Diante de um problema, o recurso ao otimismo teórico”, onde entendeu que, aquilo que se chama “renascimento do sujeito” era, na verdade, a dimensão subjetiva do testemunho. Algo muito proeminente nos anos de 1960 e 1970, o testemunho funcionou como uma “devolução da palavra”; perspectiva ideológica que buscava a identidade e a afirmação para quem construía e relatava sua memória ao grupo a que pertencia.

Se a chamada “geração pós-moderna” não sustentava mais a inscrição da memória e das referências socioculturais construídas na modernidade, pois foi atravessada pela incapacidade da criação de novas narrativas em contextos de pós-guerra – cuja passagem Sarlo retoma os escritos de Walter Benjamin no ensaio sobre o narrador e o emudecimento da narração dos que viveram o conflito armado da Primeira Guerra Mundial - seria diferente na contemporaneidade, com a retomada das narrativas de memória como um caminho de “cura identitária por meio da memória social ou pessoal.” (Sarlo, 2005, p. 39)

O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma “cura” da alienação e da coisificação. Se já não é possível sustentar uma Verdade, florescem em contrapartida verdades subjetivas que afirmam saber aquilo que, até três décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou submerso em processos pouco acessíveis à simples introspecção. Não há Verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, tornaram-se cognoscíveis. (Sarlo, 2005, p. 39)

Outro aspecto considerado acerca das narrativas de memória foi traçado a partir de uma aproximação com escritora brasileira, Maria da Conceição Evaristo de Brito, conhecida por

Conceição Evaristo, em sua conceituação do termo “escrevivência”, cunhado, a princípio, em sua própria criação literária referindo-se à escrita que parte de um lugar pessoal, íntimo, cuja experiência torna possível a semântica do termo. Em “Escrevivência como fenômeno diaspórico e universal”, sessão do compilado “A escrevivência de nós”, Evaristo (2019) reflete sobre a criação dos seus personagens e a concepção política que a fez criar a “escrevivência” para abordar a história dilacerada de seus antepassados, ressignificando à contemporaneidade do seu trabalho:

(...) Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (Evaristo, 2020, p. 30)

Os aspectos simbólicos que forjam as lembranças, memórias e identidades foram estudados, nesse trabalho, no intuito de compreender de que maneira as chamadas “dobras culturais” (Sarlo, 2005, p. 16) se manifestavam em uma espécie de corpo coletivo que resiste e, inventivamente, cria suas táticas (De Certeau, 1980) de burlar, ou mesmo hackear, o *modus operandis* em sociedade. Em uma das premissas da Biblioteca Comunitária Sete de Abril ficou claro que a literatura foi pensada como um direito humano.

Na entrevista, Ana Paula Carneiro (2021), mediadora de leitura e voluntária da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e BC Sete de Abril há 10 anos, declarou: “À partir do momento em que se tem direito ao sonho, temos direito, também, de criar a nossa própria realidade. Então, a partir do acesso à leitura, a gente tem acesso a todos os nossos direitos; por isso a gente defende a literatura como direito humano.” Com essa perspectiva, foi possível constatar que se os espaços de conhecimento são espaços de poder, os trânsitos da memória acabam por circular opressões. Assim, as ausências de representatividade em espaços canônicos, oriundos de processos históricos de opressões e violências, perpetuam as discriminações e exclusões que se encontram ainda vigentes na sociedade.

Seja em face de um Estado repressor que colabora direta ou indiretamente para o genocídio da população jovem negra, seja na formação do imaginário coletivo que atualiza, constantemente, os traumas coloniais de uma estrutura social, política e econômica avessa à

livre manifestação pela garantia de pautas em políticas públicas, como saúde e educação de qualidade, fica clara a dinâmica de manutenção de um *status quo* ainda muito pautado pela hegemonia cultural colonial.

A educação, como aponta Freire (1968), é um caminho que possibilita a emancipação dos sujeitos. Foi bebendo dessa fonte, tão cara aos estudos sociais no Brasil, que associamos a construção coletiva dessas micro resistências tendo a memória como um agente de acionamento das mudanças efetivas para o desenvolvimento da comunidade; como foi o caso da criação, construção e gestão da Biblioteca Comunitária Sete de Abril em seu bairro e a sua atuação, também, no universo digital.

Nesse cenário, analisar a existência de museus significa não reafirmá-lo como um espaço ensimesmado, cuja finalidade seria somente a manutenção de uma instituição mas, ao contrário, investigar sua capacidade e possibilidade de estar em constante relação com o seu tempo e seu entorno. Desse modo, a perspectiva que deslocou o olhar para uma discussão pertinente à temática desse trabalho perpassou a análise de projetos de memória no ciberespaço, especificamente, ao Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, comunicando sua memória coletiva institucional, importância e atuação.

## 2.2 MUSEUS E MEMORIAIS: ENTRE DELIMITAÇÕES E DIÁLOGOS

Os museus e memoriais possuem atravessamentos conceituais que, por vezes, dificultam a distinção entre o funcionamento, gestão e operação de suas instituições. Nesse trabalho, dedicado à exploração de um estudo de caso sobre um Memorial, ainda se mostrou necessário elaborar as definições do que constitui um museu e um memorial. Quais seriam, então, os pontos de convergência e divergência em suas conceituações?

Em um breve recorte histórico, os museus remetem, desde a sua criação, aos famosos gabinetes de curiosidades e às galerias palacianas onde coleções particulares eram formadas com conteúdo heterogêneo e assistemático, não possuindo qualquer forma de organização e/ou designação temática para sua curadoria. Outro aspecto importante que caracterizou esses acervos era o fato de serem inacessíveis à grande parte da população, uma vez que apenas as altas classes sociais tinham recurso para adquirir objetos considerados “exóticos” e, por isso, apenas os seus pares poderiam circular e ter acesso aos ambientes.

De caráter acumulador, investigativo ou apenas curioso, a história dessas coleções remonta à Europa do século XVI e XVII, no período moderno com as descobertas provenientes da exploração e massacre do chamado Novo Mundo. “(...) Objetos de terras distantes, minerais, fósseis, esqueletos, animais empalhados, aberrações, miniaturas, obras de arte, máquinas e inventos” constituíam, predominantemente, os temas abrangentes a estas coleções. (Disaró, Dias, Marinoni, 2007, p. 13)

Historicamente, o museu que possui similaridade com os que conhecemos hoje, chamava-se Museu de História Natural, da Escola Suíça Conrad Gessner, em Zurique, no século XVI. Como mencionado acima, o interesse pelas ciências naturais era consideravelmente presente em muitos gabinetes de curiosidade e galerias palacianas. Não à toa, a criação de Jardins Botânicos com zoológicos e bibliotecas eram, cada vez mais, sinônimo de progresso: o Jardim Botânico de Pisa, em 1543; de Pádua, em 1545; a Real Sociedade de Londres, em 1666; e no Brasil, o Horto Zoobotânico, do Palácio de Friburgo, criado pelo holandês Maurício de Nassau, em 1639, na cidade de Recife, sendo demolido em 1645.

Outro equipamento cultural importante e que se mantém até os dias atuais, no Brasil, é o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, por D. João VI, mas que remonta a 1779, com o nome de Casa dos Pássaros, que passou a obter a nomenclatura Museu Nacional após a Proclamação da República, em 1889. Seu acervo passou por grandes modificações após o incêndio ocorrido em setembro, no ano de 2018.

A recapitulação desses fatos históricos levou à criação dos museus como são conhecidos atualmente. A última definição do conceito de museu, pelo International Council of Museums (ICOM), foi sancionada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM em Praga:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (ICOM, 2022)

Esse panorama histórico-cultural permitiu trabalhar com a noção de tais espaços mais relacionados à democratização do acesso à cultura, às artes e, portanto, à educação, do que à mera contemplação pela nobreza nos antigos templos de Mnemosine<sup>9</sup>. Houve, também, uma

---

<sup>9</sup> De acordo com o Museu em Foco, “Mnemosine” foi uma das filhas de Zeus, deusa da memória, e sua relação com os museus se dá à partir de um imaginário museal que se relaciona diretamente com a mitologia grega, uma vez que a terminologia “museu” vem de “mouseion”, ou Templo das Musas. Disponível em: <<https://medium.com/museum-e-museologia/come%C3%A7o-havia-mouseion-9491b931c480>> Acesso em 2023.

outra definição que corroborou para a consolidação dessa perspectiva educacional sobre as instituições museológicas na contemporaneidade: o Estatuto de Museus, já mencionado parcialmente nesse trabalho.

O Estatuto de Museus<sup>10</sup>, instituído pela Lei 11.904, de janeiro de 2009, foi regulamentado pelo Decreto 8.124 de 2013 versando sobre “a regulamentação e o reconhecimento público dos museus em toda a sua diversidade”. Através dessa lei é que foi possível regularizar todas as atividades e setores museológicos do país, suprimindo demandas dessas instituições e dando a visibilidade necessária para a efetivação desses equipamentos, contemplando seus aspectos de segurança, gestão, proteção e divulgação do setor museológico.

Se, por um lado, os museus carregaram consigo uma história de surgimento que, por excelência, alienou os povos detentores dos seus próprios objetos, por outro, comportou-se como um espaço que revisou seu conceito e hoje busca se atualizar conforme as mudanças socioculturais. O museu passou a integrar o que Pierre Nora (1993) chamou de “lugares de memória”; arquivos, bibliotecas e museus. Esses espaços entraram no bojo conceitual de instituições voltadas à memória, à preservação, à divulgação e conscientização sobre a diversidade coletiva que a integra. É neste lugar de protagonismo de suas próprias narrativas insurgentes, que se configurou a criação dos memoriais investindo na construção de experiências mais fluidas, diversas e heterogêneas.

A palavra “memorial” como conhecemos foi integrada à língua portuguesa a partir de um conceito norte-americano indicando patrimônio de “pedra e cal”; material muito utilizado para enaltecer a história de figuras importantes para a história do país ou prestar homenagem às vítimas de grandes tragédias em vias e praças públicas (Axt, 2012). A amplitude dos significados dados à palavra “memorial” dificulta sua delimitação, bem como a ausência de uma discussão mais aprofundada, dentro do campo da museologia, sobre o que são, de fato, os memoriais.

De acordo com Axt (2012), o acervo de um memorial pode ser constituído ao longo do tempo da instituição e através de políticas de memória e/ou políticas de acervo. O memorial pode ou não possuir características afins aos museus como, por exemplo, no que se refere à expografia e ao uso de ferramentas museais diversas com intuito de sistematizar informações, documentos e/ou seu acervo expográfico.

---

<sup>10</sup> Definição do Estatuto de Museus, pelo site do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/estatuto-de-museus>> Acesso em 2023.

Contudo, um memorial não precisa de um acervo preexistente para ser considerado um dos lugares de memória, segundo por Nora (1993), isso porque um memorial preocupa-se mais com a “prestação de serviços à comunidade, desenvolvendo no seu seio um fórum de reflexão sobre a instituição trabalhada, ancorado no ferramental teórico e metodológico da pesquisa histórica.” Diferente dos museus, que precisam “de um acervo reconhecido, materializado num livro de tomo e contemplado com um conceito de gestão” (Axt, 2012, p. 65).

Com isso não queremos dizer que o museu não articula o diálogo entre a gestão institucional e uma postura flexível, aberta, própria às discussões contemporâneas em sociedade. Muitos são os exemplos que confirmam a reavaliação que as instituições museológicas, ao longo dos anos, desempenham em sua estrutura interna de atuação, dividida em programas: curatorial, educativo, entre outros, bem como às discussões epistemológicas que geraram, por exemplo, a museologia social.

Por conseguinte, aprofundando a perspectiva que acolhida nesse trabalho, a principal característica que diferencia memorial e museu seria o fato de os memoriais não precisarem de um acervo “seja objetual, artístico, documental ou imagético” (Axt, 2012, p. 66), para se consolidarem como espaço de memória. Os museus, por seu lado, articulam narrativas museográficas com base em seus acervos sobre temáticas, períodos e culturas diversas.

O intuito de trazer a perspectiva acerca dos memoriais foi destacar que eles não estão limitados a um acervo fixo, sendo mais importante a criação de um “fórum de reflexão” sobre a memória da organização. Nesse sentido, outros pontos complementares à reflexão puderam ser vistos, ainda que de maneira preliminar. Miranda e Ramos (2020), por exemplo, argumentam a partir da complexa teoria sistêmica de Niklas Luhmann (1984), na qual o memorial seria um sistema orgânico que se integra ao arquivo, à biblioteca e ao museu como subsistemas integrados.

O Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO), criado em 3 de julho de 2001, durante a Conferência Geral do ICOM em Barcelona, é também um dos 31 Comitês voltados à discussão, a nível global, sobre temas relevantes aos patrimônios culturais e aos funcionamentos dos museus enquanto espaços de memória e educação. O ICMEMO, atualmente ICMEMORH, Comitê Internacional de Museus Memoriais e Direitos Humanos [tradução nossa], reiterou o compromisso dos memoriais em promover os direitos humanos:

Estas instituições funcionam como museus com um estoque de objetos históricos originais, que geralmente inclui edifícios, e trabalham em todos os campos clássicos do trabalho museológico (colecção, preservação, exposição, investigação, educação). O seu objetivo é homenagear as vítimas de crimes estatais e socialmente determinados, com motivação ideológica. (...). São concebidos como memoriais que alertam os

visitantes para salvaguardar os direitos humanos básicos. (ICMEMORH, 2001, p. 3)  
[tradução nossa]

Ao observar o compromisso ético de tais instituições de memória foi possível, então, traçar uma aproximação ainda maior com o trabalho de campo. Ao analisar a história da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril percebemos a relação direta entre o trabalho que ela desenvolve na sua comunidade sob a premissa da “leitura como um direito humano”, além da conceituação de um memorial, a partir do qual são mobilizados valores fundamentais à garantia dos direitos humanos através das narrativas de memória salvaguardadas naquele espaço, nesse caso, no digital.

A partir da compreensão global sobre os conceitos de memorial e de museu, pudemos explorar as camadas que embalam a virtualidade e as plataformas digitais. Seriam ambas da mesma natureza? Um memorial virtual só pode existir com o advento das novas mídias ou é possível ampliar essa discussão para além da hipermídia<sup>11</sup>?

### 2.3 MUSEOLOGIA VIRTUAL: A POTÊNCIA DO VIR-A-SER.

“Criar meu web site  
Fazer minha home-page  
Com quantos gigabytes  
Se faz uma jangada  
Um barco que veleje  
Que veleje nesse informar  
Que aproveite a vazante da infomaré  
Que leve um oriki do meu velho orixá  
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé (...)”  
Trecho da música “Pela internet”, de Gilberto Gil, 1997.

A investigação sobre o que configura a museologia virtual quando manifestada pelos códigos digitais e suas plataformas online pode, por vezes, camuflar o que está latente na constituição desse campo teórico e interdisciplinar: o aspecto ontológico do “virtual”. Poderia parecer contraditório deslocar a terminologia “virtual” daquilo que, em geral, automaticamente, vêm à cabeça: a internet e os novos meios de comunicação e informação. Todavia, deixa de soar contraditório quando se coloca em perspectiva a virtualidade como potência e a museologia virtual como uma categoria de análise dessa reflexão.

Foi a partir desse movimento que pude ousar deslocar o termo, a fim de endossar a importância da museologia virtual enquanto uma categoria que possibilita um aprofundamento teórico necessário à própria museologia, uma vez que ela está, fundamentalmente, relacionada com outras áreas do conhecimento para se consolidar enquanto ciência. A proposta foi a de

---

<sup>11</sup> De acordo com o Dicionário Oxford, “hipermídia” é um “sistema de registro e exibição de informações informatizadas por meio de computador, que permite acesso a determinados documentos (com textos, imagens estáticas ou em movimento, sons, softwares etc.) a partir de links que acionam outros documentos e assim sucessivamente.”

articular o conceito de virtual em Pierre Lévy (1996), e em Bernard Deloche (2001) observando o ponto de partida para suas reflexões que foram reunidas nesse trabalho em torno do Memorial de uma biblioteca comunitária e de uma associação cultural beneficente.

Interessava, nessa perspectiva, destacar a museologia que questiona discursos reacionários, narrativas hegemônicas, parâmetros retrógrados que ainda hoje consideram o museu como um ponto neutro perante as violências coloniais e genocidas, declaradas ao longo da história. Nem o museu pode ser considerado uma organização neutra nos atravessamentos do imaginário coletivo sobre as histórias de suas nações, nem a virtualidade atua como fator neutro no movimento de tensões geradoras do processo criativo, já que se movimenta com a finalidade e em direção à atualização constante.

Para Pierre Lévy (1996), há alguns pontos importantes sobre a cibercultura que precisam ser levantados quando se trata de conceituar o virtual. São estes: a interconexão, a formação de comunidades e a inteligência coletiva. De acordo com o autor, a cibercultura provocaria uma interconexão entre múltiplos agentes na internet, ampliando consideravelmente o campo de formação e difusão de informações em rede. Por rede entende-se a complexa teia ou rizoma na qual não existe uma centralidade fixa, mas, ao contrário, vários centros constituintes de um mapa interconectado onde suas linhas se lançam, freneticamente, à criação de novas outras conexões (Lévy, 1993).

A formação de comunidades, por sua vez, não se distancia dessa perspectiva já que promove a criação de elos entre informações, serviços e pessoas, suas afinidades e divergências neste mesmo cenário. Por último, a inteligência coletiva atua na democratização do acesso a todo o acervo de conteúdo na internet, além das conexões humanas implicadas nessas trocas.

Se voltarmos, brevemente, à origem das palavras “virtual” e “cibercultura”, constataremos que o virtual é proveniente do latim medieval “virtualis” que, por sua vez, significa força e/ou potência, algo em constante estado de transformação. Já a “cibercultura”, termo cunhado por Lévy (1996), refere-se ao seu estudo aprofundado sobre os debates entre mídia, comunicação e sociedade, em meados da década de 80, período conhecido como “pós-modernidade” em que o cyberpunk (fenômeno central relacionado à cibercultura), caracterizava-se como um subgênero literário das narrativas de ficção científica.

Portanto, o virtual em potência, em sua qualidade de “vazio motor”, propulsor de significados, evidencia que é possível pensar o virtual para além das plataformas digitais, embora, nesse caso específico, ambos caminhem juntos no sentido de explorar as potencialidades do virtual mediado pelo digital.

Se a museologia virtual é convocada à reflexão crítica sobre o papel dos museus na sociedade contemporânea é porque ela adquire “corpo” quando se aprofunda os estudos de outro pesquisador da área, Bernard Deloche (2001, p.21), ao declarar que “o verdadeiro museu é provavelmente apenas virtual, isto é, inteiramente imaginário, no sentido que Malraux deu a esta expressão, não irreal, mas ‘extramuros’” [tradução nossa]. Nessa passagem, Deloche (2001) parece indicar que a maior dificuldade da questão da museologia, desde a segunda metade do século XX, quando da sua consolidação como área do conhecimento científico, seria conceber o museu “extramuros” ou “imaginário” como um paradigma da reflexão epistemológica.

Refletir sobre a dimensão virtual inerente à museologia implicaria assumir, na visão de Deloche, que a lida com os novos meios de comunicação e informação para a fruição dos objetos artísticos seria, então, uma das grandes questões para pensar a própria constituição do campo museológico, uma vez que apresenta narrativas culturais a partir da proposta curatorial e museográfica:

(...) Na experiência cotidiana, visitamos uma página web ou consultamos um CD quase como se tivéssemos visitado o Louvre, encontramos imagens como no Louvre; Sem dúvida a natureza da visita mudou; Tornou-se sem dúvida metafórica, pois agora é feita num sofá, em frente a um ecrã e com a ajuda de um ponteiro (o mouse) que retransmite e interrompe as opções do operador, facilitando também a rapidez da sua implementação (Deloche, 2001, p.27).

Em um passeio digital por um museu, pode-se ver um quadro de Van Gogh, Botticelli ou mesmo Gentileschi, apenas para citar exemplos do universo canônico da arte europeia, sendo possível traçar novos caminhos apenas com o clique do mouse no conforto do lar, alterando, assim, as práticas de visitação, bem como o próprio movimento de fruição dessas imagens. Daí o autor debruçar-se sobre um estudo acerca da ética dessas novas imagens que transformaram, substancialmente, a cultura:

Em suma, tudo o que pode ser imagem ou que pode ser transmitido pela imagem e, ainda, qualquer que seja o tipo de imagem: visual e/ou sonora, fixa ou móvel, etc. Não é um mundo inculto face à cultura, mas sim uma outra cultura, ou seja, uma cultura realmente diferente, ainda que por vezes nos dê a sensação de que nos remete àquele que nos modelou (Deloche, 2001, p.26).

Por conseguinte, o autor ainda questiona qual a ligação entre os termos museu e virtual. Trata-se apenas de uma ordem circunstancial ou essa ligação seria intrínseca aos próprios conceitos? Após as leituras, entendi que esse vínculo está intrínseco aos próprios conceitos, já que a tríade “a estética - o museu - o virtual” faz parte da reflexão sobre a museologia e o circuito de arte no pensamento de Deloche. O objeto da estética seria o sensível, do museu seria a manifestação daquilo que é exposto e, ao virtual caberia o artefato, respectivamente. Por

“artefato” entende-se a materialização do sensível em deslocamento do seu lugar natural, ou seja, o meio media a experiência estética do sensível:

(...) precisamente neste ponto intervém o terceiro termo, indissociável dos dois primeiros, o virtual, entendido como o processo de “passagem ao problema” (P. Lévy) através da relocalização ou manipulação de artefactos. A arte, o museu e o virtual estão ligados por uma relação de reciprocidade cujo alcance ainda não foi avaliado, ou mesmo tido em conta (Deloche, 2001, p. 26).

Desse modo, assinala-se que Lévy (1996) considerava a virtualidade, não em oposição ao real, mas ao atual. A virtualidade, como visto, seria um lugar de potência, do vir-a-ser, um “complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização” (Lévy, 1996, p. 43).

Por seu turno, o que Deloche chamava de “omnipresença de lo virtual” era o sentido da amplitude que o virtual adquiria enquanto um conceito abstrato de potência, isto é, aquilo que representa os media e que se expande para além do sensível representado. O conceito trabalhado por Lévy, no qual situa o virtual como um nó de tendências seria uma relação entre museologia virtual e os novos meios de comunicação como um desafio, ainda hoje, a ser investigado e aprofundado na museologia e nos museus.

Nas palavras de Deloche, o virtual “transborda amplamente o campo limitado da arte e do museu” (2001, p. 23) e reitera que nem o museu institucional, nem a arte são irredutíveis ao real por serem produtos culturais de uma “modernidade tardia”. O que provoca à compreensão é que a lida com as imagens, no contexto atual da cultura digital, não estaria mais restrita à condição presencial, física e tangível, mas se estenderia, na mesma rede rizomática da cibercultura, à outra experiência estética.

A partir do reconhecimento que essa ética das novas imagens estaria diretamente implicada nas performances dos novos meios de comunicação em todas as esferas da vida social e econômica, passamos ao encontro com a experiência estética, considerada por Deloche (2001), como a chave para entender o problema colocado pela emergência dos novos meios de comunicação. Para ele, há uma terceira via:

A estética não designa um sistema de valores hierárquicos, mas sim um campo, isto é, um teatro de operações. (...) A terceira via, por sua vez, nem sequer reivindica a especificidade do seu alcance, apenas o desenha de forma diferente. Não se preocupa com o trabalho ou com a atividade criativa, nem com o estatuto do artista. Porém, está ligado a fenômenos transacionais, ou seja, a trocas. (Deloche, 2001, p. 31)

Assim, poderíamos nos afastar do pensamento estético diretamente relacionado aos cânones do academicismo, ou ao hedonismo do gosto, para voltar à experiência da troca, ao ponto de encontro em que não há limites ou barreiras, como observa Deloche (2001). A terceira

via da estética, para o autor, compreenderia todos os acontecimentos e fenômenos sensíveis, incluindo, nesse leque, aqueles que estão relacionados e são provocados pela natureza.

Foi a partir do conceito de estética como lugar da experiência sensível que tratamos o vínculo entre o público, a obra de arte e o museu. Tendo o virtual como importante elemento de mediação nessa troca contínua de significados em que se pode visualizar o comportamento de projetos de memória no digital (caracterizados não apenas como um dispositivo interativo, mas como uma interface que responde e interage), que passamos à outra cultura, provocadora de experiências. Embora uma relação não anule a outra, parafraseando o poeta e músico Gilberto Gil (1969), o “cérebro eletrônico” com seus cabos de aço, disco rígido e afins “faz quase tudo, mas ele é mudo”. O virtual não se restringe, então, à performance digital, mas se manifesta na ordem do sensível.

Quando Gil (1969) propõe um retorno filosófico às tecnologias ancestrais de conhecimento ao declarar que o digital é mudo, somos provocados a refletir sobre esse “algo”, precisamente humano, que não sucumbe às trocas *hightech*. Portanto, a partir de nós, humanos, é que a experiência do digital e sua qualidade de mediação se apresenta como elemento indispensável à fruição estética que pode se manifestar na relação entre museu e meios de comunicação.

## 2.4 A WEB 3.0 E A CULTURA DIGITAL

Ao discutir a articulação entre memória e ciberespaço, não foi possível deixar de fora as relações de compra e venda mediadas pelas plataformas digitais. Ainda que espaços de memória não possuam esse tipo de serviço como um objetivo ou uma finalidade exclusiva no contexto digital, a operação da plataforma funciona baseada em algoritmos que buscam melhor performance no uso dos metadados que devem ser revertidos em publicidade.

Aplicativos de vendas online ou grupos de WhatsApp, por exemplo, direcionam usuários a outros *links*, tais como para cursos pagos, oficinas, palestras, entre outros. Esses são apenas alguns exemplos de como as redes sociais se conectam a diversos outros endereços eletrônicos criando novas formas para dinamizar suas vendas. Por isso, as possibilidades para comercializar produtos culturais e serviços na internet são extensas e em um ritmo ininterrupto de atualizações.

O aprimoramento das relações de serviços na internet é tão avançado quanto o fluxo do seu próprio surgimento, já que a World Wide Web tem pouco mais de quarenta anos de criação.

Essa terminologia “World Wide Web” foi cunhada por Tim-Berners-Lee<sup>12</sup> (1955) e significa, em tradução literal, “rede mundial de computadores”. Essa interconexão entre computadores teve início com a Web 1.0, nos anos de 1980 e 1990, em que as operações dos computadores se limitavam a gerir informações, sendo totalmente administradas por empresas e veículos de comunicação. Contudo, isso mudou, consideravelmente, a partir dos anos 2000 com o uso das hipermídias e o aprimoramento do espaço digital para trânsitos online mais inteligentes e velocidade avançada com uma característica revolucionária, pois os usuários passavam a criar conteúdo online em um ambiente de interconexão mundial.

A explosão dos perfis em redes sociais, como os de conversação MSN e Orkut, a criação de diários digitais, *blogs*, com temáticas diversas, entre outros, foi um fenômeno marcante nesse período. A web 2.0 transformou a forma de as pessoas se relacionarem através da internet, não só entre os usuários, mas entre empresas de tecnologia, criando, assim, um cenário próximo ao que se conhece atualmente, no que diz respeito à integração das tecnologias no cotidiano.

Aliada a essa interconexão, a disseminação de dados dos usuários passou a ser uma questão observada com mais atenção e constitui-se como o maior desafio da Web 3.0. Essa nova fase que utilizava tecnologia *blockchain*<sup>13</sup> para descentralização do controle dos dados, supostamente, dava ao usuário maior poder sobre suas informações. No entanto, essa tecnologia também encontrou muitas dificuldades para regulamentar e fiscalizar as transmissões de dados e conteúdos dispersos na internet e que intensificavam o avanço e circulação de conteúdo falso, *fake news*, além de outros crimes cibernéticos (Meio & mensagem, 2023). Como esse tema é amplo e abriria muitos caminhos para a análise, busquei limitar a discussão ao emprego do termo “cultura digital”, refletindo sobre seu significado e a maneira com que relacionava a comunicação aos acervos de memória.

Em uma das referências centrais do tema, a pesquisadora Lúcia Santaella (2003, p.81), nota que não há uma precisão da passagem de um período cultural para o outro, pois o tema trataria também de aspectos sociopolíticos com variáveis que oscilam e “misturam-se, criando tecidos culturais híbridos e cada vez mais densos”. Segundo ela, a dinâmica social se agravou com a chegada da cultura digital, já que se encontra imersa em profunda relação com as novas mídias, demarcando a complexidade de valores, práticas e expressões humanas atravessadas

---

<sup>12</sup> Timothy John Berners-Lee, físico e cientista da computação, conhecido como “pai da Internet” por ter criado a World Wide Web, e efetivação da funcionalidade HTTP, em 1990. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/tim-berners-lee/>> Acesso em agosto de 2023.

<sup>13</sup> O termo blockchain refere-se a uma tecnologia utilizada como banco de dados avançado que possibilita o armazenamento de informações em “blocos interligados em uma cadeia.” Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is/blockchain/?aws-products-all.sort-by=item.additionalFields.productNameLowercase&aws-products-all.sort-order=asc> Acesso em agosto de 2023.

pelos arranjos com as tecnologias. O comportamento humano também passou a ser criado permeado por tecnologias: “a cultura digital, no cenário contemporâneo, pauta as interações dos usuários em suas redes sociais, mas sobretudo atravessa e modifica todas as trocas e relações humanas” (2003, p.81).

O mais surpreendente, segundo Santaella (2003), seria notar que não há mais limites pré-estabelecidos entre os avanços característicos do novo comportamento da Web e o espaço/tempo em que o acervo pessoal dos usuários é compartilhado. Os novos espaços digitais são considerados espaços de comunicação, educação e convivência, em que computadores podem presumir movimentos a partir do processamento dos dados utilizando a inteligência artificial e o *machine learning* para resultados otimizados em produtividade e execução de tarefas, antes não delegadas às máquinas.

### **3. “A CULTURA DIGITAL ESTÁ AÍ PARA A GENTE, NÉ?” ANALISANDO O MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL UGO MEREGALLI E BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL**

Essa seção buscou apresentar o Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril mostrando todo o processo de concepção da ideia colocada na ocasião dos dezoito anos da Instituição. O propósito foi mostrar como se realizou a proposta curatorial, quais pessoas da comunidade estavam envolvidas e qual foi sua visão ao participarem desse espaço de memória no âmbito digital. Também foram contempladas as histórias de vida a partir da escrita de Conceição Evaristo (2019), agora com a incorporação de alguns outros depoimentos importantes à pesquisa. Além disso, destacamos que a inserção da exposição “20 anos de história para contar: As Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril”, integrou o Congresso UFBA, no ano de 2023.

O *corpus* empírico integra-se às discussões sobre o patrimônio na contemporaneidade, tendo sido considerados os usos e as implicações no espaço digital, a fim de promover uma aproximação ao patrimônio digital, suas características e limitações, entendendo, portanto, qual a dimensão de um projeto de memória, como esse explorado aqui, para sua comunidade. A leitura como um direito humano, a gestão compartilhada e o enraizamento comunitário foram consideradas os pilares dessa Organização e dialogaram, em boa medida, com as principais características da Museologia Social e a sua estratégia de atuação. A Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli, como já pontuado, veio depois da criação da Biblioteca Comunitária

e, por isso, será tratada, a partir de agora, apenas como a BC Sete de Abril, porém contemplando ambas as frentes de atuação.

### 3.1 CURADORIA E AMBIENTES DIGITAIS: A EXPOSIÇÃO PILOTO “20 ANOS DE HISTÓRIA PARA CONTAR: ESCRIVÊNCIAS DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL.”

Como foi visto, a primeira Biblioteca Comunitária do bairro de Sete de Abril foi pensada por uma mulher negra, quilombola, articuladora e assistente social, Gicélia Barros. O início da Organização, *corpus* empírico dessa pesquisa, teve, portanto, um rosto, um nome, um endereço, uma cor, uma raça, uma classe e um gênero. A BC tornou-se um sonho coletivo e, com isso, trouxe para si muitos outros rostos, cores, raças, classes e gêneros. Em entrevista, Barros (2021) reafirmou:

Então, aqui sim... Isso aqui [a Biblioteca] é uma memória para a comunidade. Faz memória, sim, porque fizemos muita coisa durante esses 20 anos. Nós temos muitas fotos, temos muitas coisas que foram construídas durante todos esses 20 anos, e quando as pessoas se veem ficam muito felizes.

A fala de Barros (2021) inspirou a primeira exposição da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, intitulada “20 anos de história para contar: Escrivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril”, que integrou a grade das atividades do Congresso UFBA/2023. A exposição contou com uma curadoria digital feita por mim, Camila, a documentação, por Gicélia Barros e o mapa afetivo que compôs parte do acervo, por Ana Paula Carneiro.

Sobre o conceito de curadoria, entendemos todo o processo de criação e montagem de uma exposição.

(...) inclui todos os passos necessários à exposição de um acervo, quais sejam: conceituação, documentação e seleção do acervo, produção de textos, publicações e planejamento da disposição física dos objetos. Refere-se também ao cargo ou função exercida por aquele que é responsável por zelar pelo acervo de um museu (Medeiros, 2017, p. 45).

Algumas das perguntas que nortearam essa seção foram: “de que maneira vamos contar a história da Biblioteca a partir das pessoas que fazem parte dela?”; “como as crianças e suas famílias reconhecem e interagem com a Biblioteca?”. Esses questionamentos me guiaram ao problema principal que centralizou todo o processo de pesquisa, curadoria e busca de referências para a criação da exposição que se traduzia em como trazer o protagonismo da narrativa para as pessoas que vivenciavam o cotidiano do espaço. A partir daí, a exposição foi dividida em dois principais eixos: “A Biblioteca e o Voluntariado” e o “Desenhando a nossa

história”, uma vez que eram perspectivas centrais para a construção coletiva da memória da Organização.

O primeiro eixo trazia depoimentos em formato de vídeo e fragmentos textuais de voluntárias e voluntários com suas experiências no espaço, as contribuições dos projetos da BC Sete de Abril em suas vidas, além dos intercâmbios que possibilitavam a troca, em que cada um ensinava o que sabia e, em reciprocidade, aprendia ainda mais ao ensinar. Citando o cantor e compositor Roberto Mendes (2007): “Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas.” Em paralelo, no segundo eixo, o público teve acesso às obras de arte feitas pelas crianças, jovens e familiares que participaram da oficina de desenho ministrada por mim e pôde acompanhar a elaboração de um mapa afetivo feito por Ana Paula Cardoso e equipe (Figura 5).

**Figura 5:** Oficina de desenho ministrada com as crianças da comunidade de Sete de Abril, na sede da Biblioteca para a Exposição 20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Foto: Camila Biondi (2022).

**Figura 6:** Oficina de desenho, ministrada com as crianças da comunidade de Sete de Abril, na sede da Biblioteca para a Exposição 20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Foto: Camila Biondi (2022).

A exposição inaugurava o Memorial da Biblioteca Comunitária Sete de Abril e contava, também, com a apresentação visual de toda a sua história, linha do tempo, contato e atividades fixas que a Organização desenvolveu. De acordo com Deloche (2001), os museus virtuais já são uma realidade e precisam ser trabalhados e incluídos nos procedimentos e discussões do campo museal, mesmo que se trate de instituições museológicas tradicionais.

Dados fornecidos pela Internet World Stats, de acordo com o dossiê do Ibermuseum (2024) indicam que “entre 2020 e 2021, o número de usuários da Internet aumentou 1170% globalmente, e espera-se que esse número continue a aumentar.” (Ibermuseum, 2024, p. 14). Em consonância aos estudos de Deloche (2001), foi possível observar como a cultura das imagens passou a responder a outra dinâmica, cuja experiência estética apresenta-se mediada por componentes do ecossistema digital como, por exemplo, o meio de distribuição e compartilhamento usado nas redes sociais.

Por ecossistema digital, entende-se a relação que opera simultaneamente ligando diferentes recursos na criação e transmissão de informações, no ambiente digital. As chamadas redes de tecnologia da informação e comunicação, nas quais as redes sociais constituem parte operante desse sistema interconectado, permite traçar um paralelo direto ao funcionamento dos ecossistemas da natureza, à medida que o pleno funcionamento dos seus ciclos se dá a partir da conexão e trabalho em conjunto; o mesmo ocorre ao ecossistema digital. De acordo com o dossiê Digital Business Ecosystems (2007, p.5):

Digital (ecossistema): a infraestrutura técnica, baseada em uma tecnologia de software distribuída P2P que transporta, encontra e conecta serviços e informações através de links da Internet, permitindo transações em rede, e a distribuição de todos os ‘objetos’ digitais presentes na infraestrutura. Tais ‘organismos do mundo digital’ abranger quaisquer representações digitais úteis expressas por linguagens (formais ou naturais) que possam ser interpretadas e processadas (por software de computador e/ou humanos), por ex. aplicações de software, serviços, conhecimento, taxonomias, folksonomias, ontologias, descrições de competências, reputação e relações de confiança, módulos de formação, contratos, estruturas, leis.

Quando voltadas à educação, as novas ferramentas pedagógicas somam-se às práticas de ensino, viabilizando uma constante atualização do processo de aprendizagem de alunos e educadores. Essa característica funcional dialoga com a noção de leitura digital, inerente às discussões das Bibliotecas, independente da tipologia.

Não há um consenso rígido sobre o conceito do livro digital, ou da leitura digital, mas o meio parece ser um fator determinante, como observado na BC, para o comportamento dos novos processos de leitura. Ambos se relacionam com termos como universalidade, interatividade e até mesmo acessibilidade. São leituras exploradas com uma diversidade de recursos tecnológicos à disposição, embora quaisquer usos e acesso aos aparelhos eletrônicos, como celulares, computadores e/ou tablets seja um pré-requisito, em alguns casos especiais, pode ser considerado como um empecilho, para que se efetive certa democratização do acesso.

Neste sentido, caberia, ainda, destacar que a leitura digital requer letramento digital e não substitui o processo de aprendizagem para uma educação libertária, no sentido que o educador Paulo Freire se referiu. Isso porque ao considerar o ato de ler e a leitura como ações de um mesmo processo de assimilação e criatividade, a busca pelo conhecimento requer, dentre outros aspectos, a reflexão, como os autores Mollo e Nóbrega (2011) denominaram “leitura de fôlego”, isto é, aquela intrinsecamente ligada à leitura no contato com o livro material.

A leitura digital é um horizonte para muitas bibliotecas que pensam em se lançar à internet, mas já pode ser considerada uma realidade em outros países, como o exemplo do Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, em que partilham, junto a outras Redes de Bibliotecas, da Coleção Digital “Libby”, funcionando como uma plataforma digital e gratuita com de empréstimo de livros. O usuário tem acesso a ePub, audiobooks e revistas digitais.

Sobre essa relação das bibliotecas com o digital, Carneiro (2021) ressaltou;

Eu acredito que a Biblioteca Comunitária Sete de Abril poderia ter um pouco mais de posicionamento no mundo digital, principalmente nas atividades de leitura e de leitura digital. Mas acho que essa ainda é uma atividade que todas as bibliotecas públicas, escolares e particulares ainda estão tateando, começando a conhecer de que forma a gente consegue articular leitura digital com a leitura literária, né. Então eu acho que estamos no caminho para isso.

Se antes os materiais eram armazenados digitalmente para terem acesso restrito com o objetivo de arquivá-los, em um estado de suposta inércia, na atualidade, contrariamente, as discussões e pesquisas em torno da curadoria digital refletem o uso dos objetos digitais em estado de constante preservação à partir do gerenciamento contínuo em todo o ciclo de vida com um adicional indispensável: torná-lo acessível. “O material digital é ativamente preservado, utilizado e reutilizado para novos fins, criando novos materiais. Isto é Curadoria Digital: a gestão e preservação de material digital para garantir acessibilidade a longo prazo.” (Higgins, 2011, p. 79) [tradução nossa].

Assim, ao aliar ao processo de conservação o acesso aos objetos digitais em seu meio, foi preciso discutir as práticas da curadoria digital que seriam voltadas ao universo das artes e do patrimônio cultural, a fim de mencionar pontos importantes ao desenvolvimento do estudo sobre projetos de memória no meio digital. Destacaram-se: o reuso dos objetos digitais, os ambientes interoperáveis e os espaços interativos.

Neste sentido, a demanda do público por interatividade passou a ser um elemento-chave em que as categorias de reuso de acervos culturais obedeceu a um quadro em que ambientes interoperáveis foram divididos conforme indicado por pesquisadores, no esquema da imagem abaixo (Figura 7).

**Figura 7:** Quadro de categorias de reuso em acervos culturais



Fonte: Sayão, Sales, Freire, et.al, 2020

Agregações referem-se às interoperações de hipermídias que criam novos cenários. De acordo com Sayão (2016, p.23), no item agregações pode-se ver o chamado “efeito lego”, no qual há a recombinação contínua dos objetos digitais “editáveis, interativos, abertos (podem

ser alterados por programas) e distribuídos (podem estar presentes em mais de um lugar ao mesmo tempo).”

Os espaços colaborativos, a pesquisa científica e a categoria educação convergiriam, assim, à curadoria digital, ao mesmo tempo que gerenciariam os dados recebidos de maneira a criar um ambiente digital preocupado com a experiência do usuário, onde ele possa contribuir com as informações disponíveis, interagindo, por sua vez, com a plataforma. Ainda que exposições digitais, também chamadas pelos autores de virtuais, sejam replicações de alguma exposição física, é possível possibilitar ao usuário a criação de novas exposições remanejando os dados convertidos em ferramentas colaborativas.

Os aplicativos computacionais seriam as propostas de aplicativos que incentivam e apoiam a manipulação de conteúdo das bases de dados por usuários. Ou seja, a criação de ambientes digitais mais personalizados, criados para facilitar comunicação e manipulação do usuário com as hipermídias, como a realidade virtual, realidade ampliada e a criação de APIs (Application Programming Interface) para desenvolvedores. “Os espaços colaborativos se tornam essenciais para ativação patrimonial e acesso à memória coletiva” (Reis; Serres; Nunes, 2016, p. 58 *apud* Sayão, Sales, Freire, et.al, 2020).

Por fim, o que caracterizaria a categoria de serviços comerciais limita-se às transações financeiras para a instituição cultural que presta serviços aos usuários através do acervo de reuso dos objetos digitais, ou digitalizados, mediante pagamento. Uma vez que a curadoria digital originou-se, então, dos desdobramentos provenientes do intuito de preservar digitalmente materiais digitalizados e/ou naturalmente digitais, atentamos para o reuso, contínuo, dos dados permitindo a eles construir novos padrões de “promoção, agregação de valor e geração de serviços, a partir de seus ativos informacionais.” (Sayão, Sales, Freire, et.al, 2020, p. 5)

Nesse cenário a curadoria digital, direcionada às artes e à cultura, trabalha com materiais heterogêneos que dialogam e mobilizam um público múltiplo tornando o trabalho da curadoria ainda mais criterioso e atento às demandas que surgem em uma velocidade cada vez mais rápida, tal como os vídeos de TikTok ou as manchetes de jornais online, ainda mais curtas. Os usos dos objetos digitais são diversificados, seus metadados compõem um montante informacional que se fundem e podem, inclusive, se perder no universo online. Assim, os verbos agregar, desagregar, distribuir, transmitir e editar reúnem uma característica em comum no sentido de manter objetos digitais ativos e, por isso, preservados; algo que permitiria seu constante reuso (Sayão, Sales, Freire, et.al, 2020).

Em diálogo com os conceitos apresentados, propus a seguinte pergunta: O que acontece quando uma comunidade que mobiliza a leitura como um pilar de reivindicação ao cumprimento dos direitos humanos cria um Memorial para comunicar a sua memória coletiva no meio digital?

A presente pesquisa procurou responder a essa pergunta integrada à reflexão que permeou todo o trabalho em dois aspectos principais. O primeiro se referia à vivência na Biblioteca Comunitária Sete de Abril, o segundo, ao motivo que gerou a criação do seu Memorial. No que se referia à vivência no espaço da Biblioteca, foi observado que a criação do sentimento de pertença e coletividade era a essência da história construída e, portanto, era compartilhada no cotidiano do espaço, tanto na interação das contações de história e mediação de leitura, como traduzida, também, na distribuição do mingau todas as quintas-feiras de cada mês.

Outro aspecto característico da criação do seu Memorial, à medida que esse dispositivo digital complementava os projetos educativos, sociais e culturais da Biblioteca era a proposição do espaço interativo e colaborativo que acabou desembocando nas atividades de leitura digital. Ocupar mais espaços trazendo dinamicidade aos projetos da Organização e comunicando a sua memória era reconhecer a importância das escrituras que os uniam.

À medida em que uma comunidade, seja geográfica ou simbólica, toma para si referências outras que não estão à serviço da lógica colonial, conseguem reafirmar sua identidade, potencializar seus discursos e, com isso, reivindicar a retomada dos lugares de poder que, antes, lhes foram negados. Como destacado por Conceição Evaristo (2019, p.33):

Vamos pensar no espelho de Oxum, e no espelho de Iemanjá. O espelho de Oxum é aquele espelho que revela a beleza negra, que me faz reconhecer como bela, é minha auto dignidade. E partimos para o espelho de Iemanjá, que é o espelho que acolhe a comunidade. Iemanjá é aquele que cria, que cuida. Então, nesse sentido, se você ler a escritura a partir de mitos afro brasileiros, você não pode pensar como uma escrita narcísica porque não é a história de um sujeito, ela reflete a história de uma coletividade.

Nessa perspectiva, foi possível entender que a escritura não se restringia ao ato da escrita, mas de todo o ato de linguagem, no sentido da comunicação e expressão de ideias e sentimentos que reescrevem as próprias histórias buscando constituir outro cenário, outro imaginário coletivo que possibilita, à comunidade, o direito de sonhar e realizar esses sonhos. Quando a comunidade se vê refletida, fazendo uma analogia à fala de Evaristo (2019), nos abebés<sup>14</sup> das Yabás, termo designado para as “mães” e orixás femininas, em língua Yorubá,

<sup>14</sup> De acordo com MAGALHÃES (2019): “O Ababé ou Abebê é um objeto da religiosidade iorubá, que consiste em um emblema das Iás, Oxum e Iemanjá, nas religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. Orixás das águas, Oxum dos rios e cachoeiras, e Iemanjá do mar, portam o abebé como acessório indispensável na sua indumentária cerimonial. Feitos

tudo se transforma. Por isso, a existência de um Memorial online, disponível para um número global de acessos, buscou contribuir com a preservação das histórias coletivas que, reunidas, potencializavam as escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, e abriam caminho para outros espaços como este reescreverem suas narrativas.

A fala de Clemilda (2021), em depoimento, contou que: “Muitas mudanças, muitas pessoas passaram por ela [a Biblioteca], mas tenho certeza que, cada um de nós, que abraçou esse projeto, tem um pedacinho de cada um de nós. Tem alcançado nossas histórias e têm mudado vidas.” A memória coletiva de um espaço que preza pela leitura como direito humano e pelo bem-estar da sua comunidade constitui, ainda hoje, a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, e isso não foi por acaso. As histórias de muitos moradores do bairro de Sete de Abril não dialogam com a história da Organização por motivo circunstancial, ou até mesmo burocrático, mas se retroalimentam, como pudemos notar na fala de uma voluntária, Laís Botelho (2021):

Por mais que eu tivesse referências dentro de casa, foi através da Biblioteca Comunitária Sete de Abril que eu pude ter acesso ao universo dos livros, ao universo da leitura e me tornar quem eu sou hoje. Estou aqui para reafirmar, cada vez mais, a importância da presença das bibliotecas comunitárias dentro das comunidades, dentro das favelas, dentro das periferias, cumprindo ali o seu papel educativo, o seu papel de acesso à educação e à cultura não só dos livros, mas de todos os projetos em volta da Biblioteca. A Biblioteca fomenta e faz com que aquela comunidade seja muito mais rica e traz, ali, esperança e semente. Planta a sementinha do bem. E, hoje, estou aqui para compartilhar que, além de bacharel interdisciplinar em humanidades, eu sou atualmente estudante de direito na Universidade Federal da Bahia.

A exposição “20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril” esteve presente na Universidade Federal da Bahia, no *campus* Ondina, no saguão entre o PAF 3 e a sede da Biblioteca Central UFBA. A expografia foi pensada de maneira a trazer a vivacidade das cores que remetem à alegria das crianças no ato da confecção das obras durante a oficina, além de um “canto de leitura” criado com tapete de EVA e diversos bancos coloridos. Foram utilizados caixas de papelão, papel kraft e cartolinas coloridas como suporte para exposição dos desenhos e, além disso, as fotografias dos trabalhos foram dispostas no espaço com o intuito de reforçar a autoria das atividades (Anexos 6 e 7).

As implicações da pesquisa curatorial direcionada a exposições físicas não se diferem consistentemente do percurso imersivo em referências voltadas às exposições digitais. Ambas requerem o aprofundamento em pesquisa bibliográfica, documental e histórica, além dos elementos próprios da expografia, isto é, aqueles convertidos em visualidades como, por

---

de latão, o de Oxum costuma ser dourado e o de Iemanjá prateado.” Disponível: <<https://exporvisoes.com/2019/06/15/abebe-de-oxum/comment-page-1/>> Acesso em maio de 2023.

exemplo, os materiais para suporte das obras, a cartela de cores utilizada, tipografia textual, iluminação, dentre outros aspectos que constroem, juntos, a narrativa curatorial do projeto em específico.

### 3.1.1 A expografia e os elementos do design na experiência digital

A criação de uma narrativa expográfica se funde à curatorial porque partilham da mesma natureza: a busca por traduzir algo que é, ao mesmo tempo, histórico, cultural, político, e, no caso dos museus, educativo. As exposições adquiriram, ao longo da história, movimentos de ruptura com estruturas coloniais herdadas dos grandes salões do século XIX, na Europa, onde as tradicionais obras de arte clássica eram apresentadas a um público restrito.

Através dos movimentos de vanguarda desdobraram-se muitas outras perspectivas que hoje dialogam mais diretamente com as narrativas expográficas contemporâneas, tais como os cubos brancos de O'Doherty (2002), vistos nas galerias de arte contemporânea, ou mesmo às instalações do Specific, obras específicas ao seu contexto, como o nome sugere. O termo “exposições” pode multiplicar-se em muitos outros subconceitos, como exposições comerciais, institucionais e culturais, mas o sentido se mantém o mesmo.

De acordo o IBRAM, as tipologias dos acervos e coleções são diversas, desde antropológico e/ou etnográfico, arqueológico, artes visuais e aplicadas, ciências naturais e história natural, ciência e tecnologia, história, imagem e som, biblioteconômicos, documentais e, por fim, virtuais (Medeiros, 2017, p. 43). As exposições virtuais, tipo contemplado nesse trabalho, foram, as mais adequadas à análise, já que se apresentaram no meio tecnológico utilizando, para isso, ferramentas e plataformas digitais. Foi considerado que uma boa execução de projetos expográficos digitais não poderia desprezar a livre fruição da narrativa, mas precisava enfatizar a criação de um *wayfinding* sugestivo que tentasse abordar os assuntos de maneira eficiente, traçando as conexões necessárias entre os elementos visuais em exposição sem criar barreiras.

Esse tipo de abordagem foi feito, sobretudo em ambientes físicos, cuja disposição do espaço era mais sentida pelo público. No universo digital, esses elementos tendiam a dispersão com mais facilidade, uma vez que a movimentação do público era completamente desterritorializada. Por isso, o uso das ferramentas visuais do design, ou web design, foi uma via tentada para criar caminhos sugestivos às exposições digitais. A concepção expográfica do *corpus* empírico deste trabalho foi pensada de modo a dividir seu tema em dois eixos principais,

como mencionado acima, construindo duas opções de caminhos que o usuário poderia escolher por onde começar.

Abaixo, a imagem (Figura 8) demonstra o intuito de reforçar de que maneira convocamos o usuário para interagir, com o seu clique, na escolha de um trajeto.

**Figura 8** - Print do percurso expográfico “20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.”

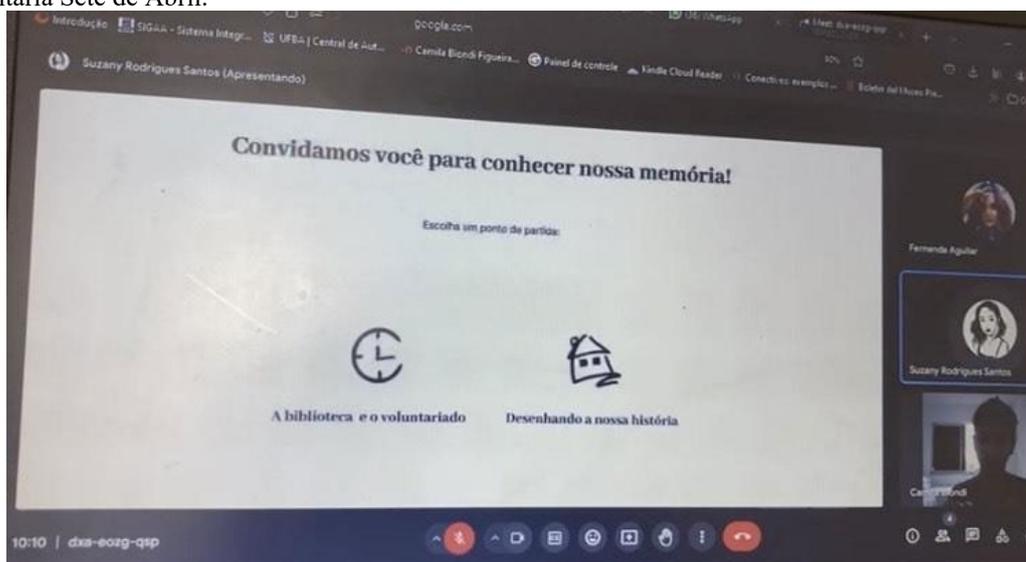


Foto: Camila Biondi (2023).

Ao longo do processo de concepção do trabalho, os voluntários do setor de programação web, Fabiana Ivo Souza e Felipe Cadena, identificaram um ataque de *phishing*, isto é, um ataque invasivo que redirecionava o visitante para outro endereço, no caso, de conteúdo adulto. Dada a gravidade da situação, a equipe decidiu pelo desligamento do endereço, no dia 6 de setembro de 2023 e, desde então, encontra-se em manutenção.

O memorial, como foi concebido, originariamente, não existirá mais da mesma forma. Atualmente, voluntários do setor de programação digital e web design estão trabalhando para recolocá-lo no ar com melhorias no quesito segurança. Devido a esse acontecimento, trouxemos algumas imagens (Figura 9) do projeto inicial do Memorial, como concebido, apenas para apreciação dos conceitos originariamente elaborados na página.

**Figura 9** - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



**18 anos de história pra contar**

**QUEM SOMOS**

Somos uma biblioteca comunitária e uma Associação Benéfica Cultural localizada no bairro Sete de Abril em Salvador, Bahia. Nosso foco de trabalho é a leitura como instrumento de Direito Humano. Atendemos a crianças, adolescentes, grupos de mulheres da comunidade e demais públicos.

**NOSSAS ATIVIDADES**

Atividades realizadas em parceria com o poder público, organizações não governamentais, empresas, igrejas, grupos religiosos, escolas, universidades, organizações da sociedade civil que nos ajudam a ampliar os projetos da biblioteca em suas localidades.

Principais atividades realizadas:

- Criação de novos espaços de leitura
- Realização de palestras de desenvolvimento pessoal
- Oficinas de artesanato, teatro, dança, música e leitura
- Campanhas de doação
- Educação ambiental

▼ Acreditamos e promovemos a leitura como Direito Humano ▼

**CONSTRUINDO JUNTOS!**

Acreditamos que o engajamento da comunidade, em parceria, em iniciativas e projetos comunitários de leitura, que seja o eixo de desenvolvimento cultural e econômico da comunidade. Construímos Sete de Abril e mantemos funcionando no bairro, e para isso contamos com o apoio de todos os colaboradores que acreditamos e promovemos a leitura como Direito Humano.

▼ Acreditamos e promovemos a leitura como Direito Humano ▼

**DEPOIMENTOS**



**NADIA NUNES**

“Eu sou Nadia Nunes, pedagoga e coordenadora geral da Biblioteca. Hoje estou aqui para contar a história da nossa biblioteca e como ela chegou até aqui. Tudo começou em 1998, quando eu e um grupo de amigas decidimos criar um espaço de leitura para as crianças do bairro. Na época, não tínhamos recursos financeiros, mas tínhamos muita vontade de fazer algo diferente. Com o apoio de algumas pessoas, conseguimos montar um pequeno espaço de leitura. Hoje, a biblioteca tem mais de 10 mil livros e atende mais de 500 crianças por mês. É muito gratificante ver as crianças lendo e aprendendo. A biblioteca é um espaço de inclusão e de transformação social. Nós acreditamos e promovemos a leitura como Direito Humano.”

**CONTATE-NOS**

Quer falar com a gente ou saber como ajudar?

**Endereço:** Rua 18 de Abril, 100 - Sete de Abril, Salvador - Bahia, 41100-000

**Telefone:** (71) 3222-1111

**E-mail:** contato@biblioteca.com.br

**Redes Sociais:** @biblioteca7deabril

**Horário de Atendimento:** Segunda a Sexta, das 8h às 18h

**Contato de Emergência:** (71) 3222-1111




**Mediação de Leitura**

**A leitura como ferramenta de transformação social – Construindo um futuro de leitores na Biblioteca Comunitária Sete de Abril!**

A atividade de mediação de leitura proporciona ao leitor uma experiência de leitura que vai além do ato de ler. Nesse momento, o mediador atua como um facilitador, ajudando o leitor a superar as dificuldades e a descobrir o prazer de ler. A mediação de leitura é um processo contínuo que se renova a todo o tempo e que visa, sobretudo, a construção de uma cultura de leitores.



**Mãe, o que você acha, em mediação de leitura e como fazer?”**

De acordo com a mediadora de leitura, a mediação de leitura é uma atividade que visa a promover a leitura e a cultura por meio da prática da leitura. A mediação de leitura pode ser realizada em diversos contextos, como em casa, na escola, na biblioteca, entre outros. A mediação de leitura é uma atividade que visa a promover a leitura e a cultura por meio da prática da leitura.

“Fomentar a educação e a cultura por intermédio da prática da leitura é de fundamental importância para as sociedades que se pretendem mais justas e solidárias. Esse tem sido desde o início, quando a possibilidade de realização desse sonho ainda era vislumbrada a partir de um terreno baldio, o propósito desta aventura nossa.”

Anderson Henrique, ex-Coordenador da Biblioteca Comunitária Sete de Abril



Assim, o uso dos recursos disponíveis convocava o visitante a uma experiência sensível criada através das cores, da possibilidade de percursos e do uso das imagens (Medeiros, 2017).

**Figura 10** - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

**Figura 11** - Prints do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Vale destacar que a BC Sete de Abril sempre foi uma Organização voltada à mobilização de afetos, um espaço vivo onde se trabalhava com importantes premissas que estruturavam seu espaço, em diferentes frentes de atuação e colaborando para a efetividade dos projetos na vida das pessoas que moravam, e ainda moram, na comunidade de Sete de Abril.

Diante desse contexto, a declaração do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, jogou luz sobre um aspecto indissociável da luta pelos direitos fundamentais no país, já que as políticas de memória;

são fundamentais e importantíssimas, são pilares de toda e qualquer política de direitos humanos. A memória não é apenas recordar, não é apenas estabelecer a reconstituição de fatos do passado. Para nós, falar de memória é falar da dimensão da própria existência. O que constitui o que chamamos de humanidade é justamente a capacidade de preservação de uma memória. (Almeida, 2023)

A reafirmação da construção da identidade cultural, histórica e política passa pela preservação da memória do seu povo, de sua comunidade. Dessa forma, quando Barros (2021) declarou que “Aqui se faz memória, sim!”, podemos considerar sua fala como uma outra maneira de dizer: “nós existimos, sim!”.

### 3.2 OS USOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DIGITAL

Como foi visto, a memória sempre constituiu parte fundamental no processo de reconhecimento de si e do outro, através do sentimento de pertença, que agrupa aspectos simbólicos capazes de nutrir os laços culturais de determinado grupo na sociedade. As políticas de memória atuam como ferramentas a favor da vida, do bem-estar social e da garantia dos direitos humanos.

Dessa maneira, a constituição de patrimônios culturais pode ser entendida como a seleção de bens que servem de testemunho, celebram ou tencionam as narrativas históricas que forjaram uma cultura local. Sejam bens materiais ou imateriais, nos pareceu importante destacar que todos são elementos vivos em suas culturas, ainda que sua constituição seja de “pedra e cal”, por exemplo. De acordo com o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural material agrega bens culturais de acordo com a sua natureza, dividida em quatro Livros de Tombo, sendo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. Já os bens materiais dividem-se em imóveis e móveis. Sendo consideradas, respectivamente, cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, as coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Além do instrumento de Tombo que foi instituído pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, o reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial veio posteriormente e consta nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. O Patrimônio estendeu-se às manifestações culturais imateriais que são protegidas e preservadas através das ferramentas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), criado pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Quanto aos bens imateriais, consideram-se, também, as práticas e técnicas tradicionais que fazem parte da vida social de determinado grupo, traduzidas em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, além dos lugares que dispõem de manifestações do gênero, como os mercados, feiras e santuários. Cada qual com características que estão de acordo com o documento da Convenção da Unesco para

a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, registrada no Brasil em março de 2006 (IPHAN).

Historicamente, a inclusão dos bens culturais imateriais teve um intervalo de, mais ou menos, 50 anos de diferença entre as suas inserções na Constituição de 1937 e na Constituição de 1988, algo considerável para a reflexão crítica do conceito de “patrimônio”, tanto em seu caráter literal quanto nos desdobramentos da herança dessa cultura colonial, proveniente da história de colonização do Brasil. Segundo o dicionário Oxford, a palavra “patrimônio” deriva do latim *patrimonium*, herança familiar herdada da figura paterna. É um conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa.

Não precisaríamos ir muito longe na história do país para observar que a herança cultural mais preservada, até os dias atuais, é de origem colonial. Os grandes conjuntos arquitetônicos estão nos grandes centros históricos das cidades brasileiras, além da predominância de esculturas homenageando figuras de guerra, ainda obedecem à narrativa histórica que privilegia o projeto de colonização do país.

Essa breve recapitulação histórica foi pertinente a fim de tensionar que, embora haja manifestações imateriais de origem europeia, em sua grande maioria, os costumes e tradições inscritos, registrados e/ou inventariados como patrimônio cultural imaterial são de origem indígena ou afro-brasileira. Portanto, esse adiamento em reconhecer os aspectos simbólicos imateriais que também forjam a identidade brasileira foi reflexo do cenário político do período, ainda o é, haja visto que as ferramentas de proteção e salvaguarda aos bens culturais devem estar sempre em estado de construção e atualização.

Sobre esse tópico, a reflexão de Mário Chagas (2020), quando se refere ao patrimônio como “fratrimônio” para indicar àquilo que é fraterno, partilhado, construído em coletividade e que, portanto, fala sobre uma comunidade, foi exemplar.

A perspectiva sincrônica favorece o surgimento de novas interpretações e usos patrimoniais, e permite a compreensão de que a construção do patrimônio, do matrimônio e do fratrimônio cultural por moradores do complexo da maré ou da favela do morro da formiga, para dar dois exemplos, passa pelas pessoas, pelas relações, pelos saberes, pelos nomes, pelos corpos, pela saúde, pelas práticas sociais cotidianas, pelas produções de imagens e narrativas, pelo território como lugar social, pelo meio ambiente, pela vizinhança e muito mais. (Chagas, 2020, p. 7)

Trabalhar o conceito nessa perspectiva me aproximou dos aspectos comunitários e coletivos, indispensáveis à compreensão da formação da cultura de um povo, pois seu sentido preserva e garante o direito à alteridade, isto é, as diferenças que são bem-vindas e constituem

o todo. Essa lida com o patrimônio cultural, como mencionado anteriormente, precisa estar em constante afinidade com os avanços e debates da contemporaneidade.

Em uma breve incursão pelas pesquisas mais atuais, notamos que dados mostram que há uma movimentação, como por exemplo, com a preocupação em criar um Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) voltado à melhoria da sistematização da política de salvaguarda dos bens culturais imateriais, pelo IPHAN, no ano de 2004. Além disso, houve a inclusão do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010, também a cargo do IPHAN, reconhecendo “as línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Nesse cenário, algo também parece emergir de modo a desestabilizar a estruturação das políticas de salvaguarda de patrimônios culturais; trata-se do processo de patrimonialização do digital. Esse processo é muito mais complexo do que digitalizar coleções e acervos e a composição de patrimônios digitais implica a representação de narrativas culturais e seus bens a nível global de transmissão, além do acesso. Frederic Mayor Zaragoza, diretor geral da UNESCO no período, assistiu a destruição da Biblioteca de Sarajevo, em 1992, durante a Guerra da Bósnia, apagando um acervo de cerca de dois milhões de livros, documentos, periódicos, dentre outros. Zaragoza foi o responsável, então, pela criação do Programa “Memory of the World – MoW” ou Memória do Mundo, no mesmo ano.

Memória do Mundo reconhece o patrimônio documental de importância internacional, regional e nacional; inscreve-o em um registro e concede uma logomarca para identificá-lo. Facilita também sua preservação e acesso sem discriminação. Além disso, organiza campanhas de sensibilização sobre o patrimônio documental, alertando as autoridades, os cidadãos e os setores empresariais quanto às necessidades de preservação e também captando recursos para essas ações. (Arquivo nacional, Unesco)

A preservação de bens que constituem acervos, sejam eles compostos de objetos digitalizados ou digitais, é uma tônica nas discussões mais atuais sobre o estatuto do patrimônio no que se refere à preservação, salvaguarda e acesso a esses materiais. Os desafios são muitos, haja visto que estamos discutindo sobre salvaguardar bens no meio digital com todas as oscilações que apresenta, além da pluralidade cultural, religiosa e política das diferentes nações (Cavalcante, 2007).

Um dos pontos levantados pela UNESCO refere-se à iminência da perda de coleções patrimoniais por motivos como conflitos de guerra, falta de recursos, negligência humana ou desastres naturais. Por iniciativa da Organização, foi criado o primeiro órgão consultivo internacional, o International Advisory Committee (IAC), que objetiva a coordenação e

sensibilização de governos internacionais sobre a questão das coleções patrimoniais e a importância de sua preservação a nível global, pelo Programa Memória do Mundo.

Enfim, esse resgate documental foi preciso com o intuito de acompanhar as discussões atuais sobre os usos e manejos do patrimônio cultural, desde a perspectiva histórica de suas formações, bem como as abordagens políticas recentes em torno do processo de reconhecimento e salvaguarda. Sem dúvida, a composição de um extenso banco de dados com importantes documentos de diferentes nações não é algo rápido para se constituir, apresentando-se ainda como um trabalho mais complexo se for considerado em como preservar e acessibilizar esses conteúdos, cujas fontes estão, primordialmente, em bibliotecas, arquivos e museus distribuídos pelo mundo.

### 3.3 DESTERRITORIALIZANDO O PATRIMÔNIO: A “INFO DIVERSIDADE” DO PATRIMÔNIO DIGITAL

De acordo com Cavalcante (2007), o recurso digital apresenta-se como facilitador no processo de acessibilizar bens culturais a nível mundial. Esse é um dos motivos pelos quais todos os países membros da UNESCO, que colaboram no Programa “Memória do Mundo”, disponibilizam seus acervos patrimoniais em plataformas digitais veiculadas ao endereço eletrônico do seu respectivo Governo. No Brasil,

O Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo foi criado pela Portaria do Ministério da Cultura n. 259, de 02 de setembro de 2004 e regulamentado pela Portaria n. 61, de 31 de outubro de 2006, visando “[...] assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo” (Cavalcante, 2007, p. 39).

Para além das instituições nacionais, pontua Cavalcante (2007), existem outros acervos que também constituem bens culturais sobre a história do seu país e podem ser encontrados, por exemplo, em bibliotecas municipais, muitas vezes desassistidos e em situações precárias de armazenamento. Essa precariedade é, de fato, a realidade de muitos espaços de cultura, pontos de memória, bibliotecas, arquivos e museus comunitários espalhados pelo país. Contudo, é necessário destacar que um dos motivos pelos quais não há o reconhecimento do valor de bens culturais, seja a nível nacional ou regional, pela própria comunidade detentora é, dentre outros aspectos, a negligência do Estado em atuar, em conjunto com a comunidade, promovendo a educação patrimonial e reforçando a capilaridade de suas ações através de políticas públicas.

Algo reforçado por Cavalcante (2007), quando observa que a questão da salvaguarda de acervos de patrimônios digitais é dada, frequentemente, como algo institucional quando, na realidade, precisa ser integrada à constituição das políticas públicas, já que os interesses em jogo não se restringem apenas à conscientização sobre o assunto, mas obedecem também às tendências políticas e econômicas.

Como políticas públicas nos referimos à participação do Estado, em suas diversas instâncias, em torno do debate de ideias que visem a tomada de decisões repercutindo na sociedade mediante institucionalização de medidas que se desdobram em programas, projetos, planos e ações discutidos por especialistas, profissionais e cidadãos em prol de um processo decisório de interesse público. (Cavalcante, 2007, p. 40)

A patrimonialização digital está evidentemente implicada no meio digital e, por isso traduz-se, também, em linguagem codificada, apresentando-se em formatos imagéticos e estabelecendo trocas mediadas pela virtualidade. O compartilhamento massivo de informações, dados históricos e a abertura abrupta com que a Web 2.0 converteu os usuários em ávidos produtores de conteúdo e pode construir, no imaginário coletivo, uma suposta facilidade para preservar arquivos e documentos digitais, já que o botão “salvar” está acessível em todas as telas. Porém, a salvaguarda de patrimônios digitais envolve muitos outros elementos em sociedade que incluem, indispensavelmente, a inscrição do assunto na pauta política governamental. Assim, o trecho da Declaração de Vancouver (2012) foi exemplar: “A informação digital está sendo perdida porque seu valor é subestimado, seja por causa da ausência de sistemas legais ou institucionais, seja porque faltam conhecimento, habilidade e/ou fomento para os que tem a custódia do acervo” (UNESCO, 2012).

A palavra “patrimônio”, como já visto, pode ser empregada em diferentes áreas e contextos, mas está intrinsecamente relacionada à manutenção de poder. Empregamos aqui o termo “desterritorializar”, cujo significado corresponde a algo retirado do seu território, ou contexto habitual, para provocar as relações de salvaguarda do patrimônio cultural, implicadas em um ecossistema digital; desterritorializado.

Ainda que o bem cultural em questão trate sobre a cultura, ao encontrar-se em lugar compartilhado com muitos outros, a tendência é que a assimilação dos usuários sobre esses bens culturais digitais e os patrimônios digitais, se comportem de maneira diferente. A esse fenômeno, Dodebei (2006) denomina “infodiversidade”.

A infodiversidade é a resposta evolucionária natural e apropriada para o ecossistema informacional diverso e, sobretudo, dinâmico. A heterogeneidade das informações produzidas pelos museus, bibliotecas e arquivos, embora com algumas coincidências, dizem respeito ao tipo de coleção, às políticas institucionais, aos temas das disciplinas, à modulação descritiva (generalidade e especificidade), à estrutura dos dados e aos valores de conteúdo da descrição. (Dodebei, 2006, p.6)

A desterritorialização proposta sobre a salvaguarda do patrimônio cultural em meio digital, caracterizando-o “patrimônio digital” e todas as medidas burocráticas em torno do assunto, provoca também os patriotismos, clássicos de governos de extrema direita e pensamento conservador. No entanto, as políticas patrimoniais buscam dialogar com o digital em uma abordagem crítica que cause o desconforto de reacionários para dizer que é possível pensar o patrimônio, os bens culturais em salvaguarda, desmistificando-os dos lugares hierárquicos em que muitos foram colocados, para demonstrar que outros espaços também produzem memória e, portanto, também criam narrativas próprias de natureza libertária.

Esse termo “libertária” foi usado propositalmente, dado que estamos nos referindo a uma Associação Beneficente Cultural e Biblioteca Comunitária que atua enquanto um espaço de promoção da cultura e educação, tendo como premissa a “leitura como um direito humano”, e colaborando para a realização de sonhos da sua comunidade. Assim, ela está assumindo uma postura política libertária. Sobre isso, Vicente de Castro (2021), ex-voluntário da BC Sete de Abril, declara:

Mais do que um espaço cultural, de apoio pedagógico à Escolas Públicas e Privadas da comunidade e da região, mais do que um espaço de democratização do conhecimento, de acesso a livros, de semear livros, esse é um espaço, antes de tudo, que toca a alma de muitas pessoas. Toca no sentido de alimentar e viabilizar sonhos. Quantos e quantas pessoas entraram na Biblioteca e puderam, através do acesso ao conhecimento, realizar e materializar sonhos e conquistas, pessoais, coletivas, culturais, imaginárias, enfim... de inúmeras formas.

Concluimos, então, que a análise do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril foi criado por muitas pessoas integrantes da equipe da Biblioteca. Foi um projeto bem recebido em sua comunidade e até hoje colabora para fortalecer os vínculos da produção de memória que a Organização já desempenha, ao longo de 20 anos, em efetiva comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início de minha trajetória como pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Museologia, da Universidade Federal da Bahia, foi marcado pela aprovação de um projeto de pesquisa que visava analisar a criação de um Museu Comunitário dentro de um espaço religioso e sagrado de Candomblé. Localizado no bairro de Portão, no município de Lauro de Freitas/BA, o Museu Comunitário levava o nome da primeira sacerdotisa do Terreiro São Jorge Filho da Goméia, Mãe Mirinha de Portão, filha de santo do célebre João da Goméia. História que muito impressionou assim que tive contato. Pesquisa, como já explicitado na Introdução, que precisou ser interrompida diante das imposições colocadas pela pandemia da Covid-19, em 2021.

Outra proposta investigativa foi encaminhada ao PPG, a fim de continuar os estudos, que passou pela mudança de Linha e ao acolhimento pela Linha de Pesquisa 2 - Patrimônio e Comunicação, sob orientação do professor Dr. José Cláudio Alves de Oliveira. Assim, esse trabalho foi iniciado, com o objetivo de tratar sobre a criação de um Memorial, no meio digital, da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, localizada no bairro de Sete de Abril, em Salvador, Bahia; local em que já trabalhava como voluntária e teria, assim, maior facilidade no contato e lida com o acervo.

A hipótese de pesquisa, buscou, então, problematizar a preservação da memória da organização, considerando toda sua complexidade de público, de espaço, de acervo e de inserção comunitária que passou a ser disponível e gerenciada por um suporte digital. A pergunta-guia do exame foi: de que maneira um memorial potencializa a construção e salvaguarda da memória de uma instituição tão complexa quanto a que nos referimos?

No decorrer do trabalho, então, pude notar que um número expressivo de entrevistas constituintes do banco de dados da pesquisa, além de outros depoimentos de moradores do bairro que compunham o acervo da Biblioteca, compartilhavam diversas informações sobre o início da fundação da Biblioteca Comunitária, os percalços e vitórias para a efetivação deste equipamento junto à CONDER até os dias atuais. Esse aspecto chamou a atenção, pois o material empírico comprovava as premissas que sustentavam os projetos da BC: havia a gestão compartilhada, o enraizamento comunitário e, não menos importante, a leitura como um direito humano.

Em nível simbólico, mas também prático, quando aprofundei os estudos da Museologia Social e sua atuação sob a perspectiva comunitária, entendi como foi preciso articular o “sonho”, citado pela fundadora Gicélia Barros, em uma realização. Ou seja, na prática, foi possível constatar que o Memorial, além de reunir as histórias que construíram a memória da

organização, partilhava, também, das experiências coletivas, ampliando, para a sua comunidade, a possibilidade de concretizar outros projetos, criar vínculos e diálogos com outras instituições, inclusive, em nível global.

O “direito ao sonho”, como mencionado pela voluntária Ana Paula Carneiro, foi traduzido em mobilizar as atividades, projetos e ações da Organização a fim de concretizar parcerias significativas, no que dizia respeito à consolidação institucional, como um núcleo de formação de leitores; um espaço cada vez mais reconhecido pelo trabalho com a educação, que movimentava, ao mesmo tempo, a cultura e as artes no bairro.

Desse modo, também foi possível verificar que as práticas de curadoria digital compuseram parte importante na análise desse trabalho, uma vez que o referencial teórico foi articulado para evidenciar e compreender como se comportavam os materiais em espaço digital, sobretudo no que se refere à temática da preservação de um acervo comunitário. Nessa perspectiva, as agregações provenientes dos metadados compartilhados no universo digital, a formação de espaços colaborativos em que práticas educativas e a pesquisa científica puderam ser mais explorados em diferentes formatos e performances de transmissão; o que colabora, então, na potencialização e disseminação das histórias compartilhadas em espaços voltados à memória, na internet.

Observei que o reuso desses materiais, também chamados de objetos digitais, foi o que garantiu a manutenção da preservação digital; algo que contribuiu para confirmar a hipótese geral desse trabalho acerca do uso de plataformas e dispositivos digitais, no caso em exame, a criação de um Memorial, que pudesse potencializar a salvaguarda da memória da Biblioteca Comunitária Sete de Abril.

A pesquisa propôs-se aproximar e relacionar temas como biblioteca e cibermuseologia, agregando dentro desse bojo, outros subtemas que poderiam ser mais bem trabalhados com a criação de categorias, em uma análise metodológica de conteúdo. Embora, tenha recebido indicações de outros encaminhamentos possíveis trabalho, algumas das alterações estruturais não foram possíveis devido à limitação de tempo e recursos.

Mesmo assim, foi considerado, como um ponto de relevância e destaque na pesquisa, o fomento à reflexão científica na área da museologia, diretamente relacionada à biblioteconomia, no intuito de criar diálogos frutíferos sobre a preservação de acervos através dos recursos das tecnologias da informação. Isso porque os museus não se mantêm, atualmente, sem os usos das plataformas digitais na construção de seus projetos museográficos, bem como necessitam de ferramentas tecnológicas para o manejo de seus acervos. Esse aspecto é novo e

abre um caminho novo, rico e desafiador à área, que certamente contará com novas pesquisas que contemplem suas problemáticas.

Foi imersa nesse contexto que essa pesquisa buscou colaborar e aprender com os referenciais articulados na discussão epistemológica, observando os trânsitos da memória que, neste caso, vinculavam-se desde o discurso em formulações narrativas orais até as adaptações e transmutações que a cibercultura provocava, abrindo questionamentos. No entanto, isso não significa o fim de um caminhar investigativo que poderá ser vivenciado, futuramente, por outros pesquisadores e pesquisadoras que desejem compreender os processos de salvaguarda e acesso à memória mediados, na contemporaneidade, pelo ciberespaço.

Por fim, além de todos esses pontos investigativos, gostaria de compartilhar que o percurso de execução e mergulho na pesquisa foi também atravessado por outras questões, de natureza pessoal, dentre elas familiares, cravada por lutos de diversas naturezas, profundas tristezas e alegrias diante de novos começos e recomeços. O tempo em companhia de colegas e pessoas da comunidade foi essencial, inclusive, para o apoio e acolhimento que sustentaram meu caminhar. Entendi que o traçado de uma investigação ocorre também na feitura da vida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Políticas de memória são pilares de toda e qualquer política de direitos humanos**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/201cpoliticade-memoria-sao-pilares-de-toda-e-qualquer-politica-de-direitos-humanos201d-ressalta-silvio-almeida-ao-visitar-o-memorial-da-resistencia-de-sp> Acesso em maio de 2023.

ALMEIDA JÚNIOR. **Sociedade e Biblioteconomia**, 1997. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Sociedade-e-biblioteconomia.pdf> Acesso em janeiro de 2024.

AMARAL, A. Cyberpunk e Pós-modernismo. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: [https://www.academia.edu/29060736/Cyberpunk\\_e\\_P%C3%B3s\\_modernismo](https://www.academia.edu/29060736/Cyberpunk_e_P%C3%B3s_modernismo) > Acesso maio 2023.

AQUINO, M. **Hipertexto 2.0, folksonomia e memória coletiva: Um estudo das tags na organização da web. Liinc em Revista**. 2008 Disponível em <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3159> Acesso maio 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAGANHA, F. Novas bibliotecas, novos conceitos. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, 2004. Disponível: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/616> Acesso em maio de 2023.

BEZERRA, D. B.; OLIVEIRA, P. C., SERRES, J. C. P. **Cibermuseus e memória na rede: o Museu das Coisas Banais (MCB) como meio e lugar de memória**. Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio | MAST – vol.9, n. 2, 2016.

BRESSAN, G. **Patrimônio Digital: O Museu Nacional dos Coches no Google Arts & Culture**. Universidade da Beira Interior. Dissertação de Mestrado em Design Multimédia, 2019.

BRUNO, C. **Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores de memória**. Várias Faces do Patrimônio. Pallotti, Santa Maria, 2006.

CAVALCANTE, L. **Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade**. Disponível em [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22732/1/2007\\_art\\_lecavalcante.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22732/1/2007_art_lecavalcante.pdf) Acesso em maio de 2023.

CAVALCANTE, L. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 152–170, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p152> > Acesso em fevereiro de 2023.

CBN. Negros na piscina: Arte contemporânea, curadoria e educação. 2024. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/432448/negros-na-piscinaarte->

contemporanea-curadoria-e-ed.htm > Acesso em março de 2024.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

CHAGAS, M. **Cultura, patrimônio e memória**. Revista Ciências e Letras, Porto Alegre, v. 27, n. 31, p. 15-29, jan.-jun. 2002.

DALSOTTO, B. (et. al) **Escritos sobre educação [recurso eletrônico]**, Educs. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

DODEBEI, V. **Patrimônio e Memória Digital**. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4759/4250>> Acesso em 3 de maio de 2023.

DUARTE, Z. **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. EDUFBA, Salvador, 2013, p.416.

GOHN, M. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUBERNIKOFF, G. A Utilização Da Multimídia e Das Mídias Digitais Em Museus e Exposições Virtuais. **Revista Estética**, 2021. Disponível em: <[https://www.academia.edu/41736731/MULTIM%C3%8DDIA\\_EM\\_MUSEUS\\_O\\_uso\\_das\\_m%C3%ADdias\\_digitais\\_em\\_museus\\_hist%C3%B3ricos?from=cover\\_page](https://www.academia.edu/41736731/MULTIM%C3%8DDIA_EM_MUSEUS_O_uso_das_m%C3%ADdias_digitais_em_museus_hist%C3%B3ricos?from=cover_page)> Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HERMÍNIO, B. **A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo**. Revista ieA Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>> Acesso em junho de 2023.

HENRIQUES, R. Os museus virtuais: conceitos e configurações. **Cadernos de Sociomuseologia**, 2018, vol. 55, 2018.

HENRIQUES, R. A internet, a memória e o patrimônio digital. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXI Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/32240725/A\\_internet\\_a\\_mem%C3%B3ria\\_e\\_o\\_patrim%C3%B4nio\\_digital?from=cover\\_page](https://www.academia.edu/32240725/A_internet_a_mem%C3%B3ria_e_o_patrim%C3%B4nio_digital?from=cover_page)> Acesso em 12 de março de 2023.

HENRIQUES, R. Os museus virtuais: Conceitos e configurações. **Cadernos de Sociomuseologia**, Vol. 55, n. 12, 2018. Disponível em: <[https://www.academia.edu/49755186/Os\\_museus\\_virtuais\\_conceito\\_e\\_configura%C3%A7%C3%B5es?from=cover\\_page](https://www.academia.edu/49755186/Os_museus_virtuais_conceito_e_configura%C3%A7%C3%B5es?from=cover_page)> Acesso em 8 de fevereiro de 2023.

HIGGINS, S. Digital curation: the emergence of a new discipline. **International Journal of Digital Curation**, Edinburgh, v. 2, n. 6, p. 78-88, 2011. Disponível em:

<<http://www.ijdc.net/article/view/184/251>> . Acesso em maio de 2023.

IBRAM. **Política Nacional de Museus**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus>> Acesso em maio de 2023.

IBRAM. **Estatuto de Museus**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/estatuto-de-museus>> Acesso em maio de 2023.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/plano-nacional-setorial-de-museus>> Acesso em maio de 2023.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Ministério da Cultura, Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm>> Acesso em maio de 2023.

ICMEMO. **What is ICMEMO?** Disponível em: <<https://icmemo.mini.icom.museum/about/what-is-ic-memo/>> Acesso em maio de 2023. International Committee of Memorial Museums for the Remembrance of Victims of Public Crimes. IC-MEMO, International Memorial Museums Charter, Paris, 2011. Disponível em: <[https://icmemo.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/IC\\_MEMO\\_charter.pdf](https://icmemo.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/IC_MEMO_charter.pdf)> Acesso em maio de 2023.

KARPINSKI, C.; Kressin, F.; Vieira, K. Patrimônio digital em discussão na área de Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.27, n.1, p. 27-56, jan/mar 2022.

LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica I**. São Paulo: Atlas, 2003.

LUHMANN, N. **Complejidad y modernidad: De la unidad a la diferencia**. Madri, Editorial Trotta, 1998. Edição e tradução de Josetxo Beriain e José Maria García Blanco.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009.

MAGALDI, M. B.; BRULON, B.; SANCHES, M. Cibermuseologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus e museologia: desafios de um campo interdisciplinar**. Brasília: FCI- UnB, 2018. p. 135-155.

MARTÍ, F.; SANTOS, E. **Educação Museal Online: A educação na/com a Cibercultura**. Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.44589>> Acesso em 8 de junho de 2023.

MATOS, PEREIRA, ARAÚJO. 7 FNM - Museologia Virtual na Prática. O Que É e Quais as Funções de Um Museu Virtual - Apresentação Oral (2017), Disponível em: <<https://forum.acervos.museus.gov.br/forum-nacional-de-museus/7fnm-museologia-virtual->

na-pratica-o-que-e-e-quais-as-funcoes-de-um-museu-virtual-apresentacao-oral-2017/ >  
Acesso em maio de 2023.

MIRANDA, R. Memorial Institucional: Um sistema em redefinição. **Simpósio Internacional de Arquivos**, 2020. Disponível em: <<http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/871709/SIA-66-1.pdf>> Acesso em maio de 2023.

MIRANDA, R. O inter-relacionamento entre documentos de arquivos, biblioteca e museu: Memorial - Um sistema em definição. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju. v. 04, n. 01, p. 68-85, jan./abr., 2021. Disponível em: <<https://cip.brapci.inf.br/download/164104> > Acesso em maio de 2023.

MORIGI, V. J.; SEHN, A. P. **Memória, identidade cultural e biblioteca comunitária: um estudo de caso em Linha Andréas, em Venâncio Aires – RS**. PerCursos, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 79 - 102, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724615292014079> Acesso em: 8 maio. 2023.

MOREIRA, G. Hipermídia: problemas atuais, novas tecnologias e sua relação com empresas. **Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação**, n. 114, São Carlos, 2000. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://web.icm.c.usp.br/SCATUSU/RT/Relatorios\\_Tecnicos/BIBLIOTECA\\_113\\_RT\\_114.pdf&ved=2ahUK Ewj6vfbX\\_rqHAXXRrZUCHTckAg4QFnoECEQQAQ&usq=AOvVaw2D7TKG\\_VAxWRE Szi6o\\_WdA](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://web.icm.c.usp.br/SCATUSU/RT/Relatorios_Tecnicos/BIBLIOTECA_113_RT_114.pdf&ved=2ahUK Ewj6vfbX_rqHAXXRrZUCHTckAg4QFnoECEQQAQ&usq=AOvVaw2D7TKG_VAxWRE Szi6o_WdA)> Acesso em maio de 2023. Mouseion: Museus em Foco. No começo havia “Mouseion”. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/museus-e-museologia/no-come%C3%A7o-havia-mouseion-9491b931c480> > Acesso em maio de 2023.

MONTEIRO, Pós-Cyberpunk: um futuro tecnológico sem o elemento da anarquia. **MEDIUM**, 2023. Disponível em: <<https://medium.com/@acheopterix/p%C3%B3s-cyberpunk-um-futuro-tecnol%C3%B3gico-sem-o-elemento-da-anarquia-80de4313b02d> > Acesso em maio de 2023.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: Uma problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, 1993.

NOGUEIRA, R. **Ubuntu como modo de existir. elementos gerais para uma ética afroperspectivista**. Revista da ABPN, v. 3, n. 6, nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-15.

PEIRANO, M. **Etnografia ou teoria viva**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1890> > Ponto Urbe [Online], 2 | 2008.

PIMENTA, F. O conceito de virtualização de Pierre Lévy: e sua Aplicação em Hipermídia. **Facom/UFJF** - v.4, n.1, p.85-96, jan/jun 2001. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/facom//files/2013/03/R6-Francisco.pdf>> Acesso em maio de 2023.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PRADO, G. M.; MACHADO, E. C.. **Território de Memória: Fundamento para a**

**Caracterização da Biblioteca Comunitária.** IX ENANCIB. São Paulo, 2008.

RAMIRES, J. C. de L. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. **PatryTer –Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 2 (3), 26-36. Disponível em: < <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.22109> > Acesso em 12 de março de 2023.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. **Revista Intratextos**, 2013, vol. 5, no1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

RODRIGUES, F. L. L. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido de lugar**. São Paulo: Roca, 2006. p. 9-15.

RODRIGUES, M. C. **Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 10, n. 1, p.68-83, 2014. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/424/724> >

ROLLO, M. **Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 33, n. 69, p. 20-44, Janeiro-Abril 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/eh/a/5gB3jG5kdsL3MS5pVBrfHzn/?lang=pt> > Acesso em 11 de março de 2023.

ROZADOS, H.; REIS, J. O livro digital: Histórico, definições, vantagens e desvantagens. UFRGS, XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias: **Biblioteca Universitária como agente de sustentabilidade institucional**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Digital Business Ecosystems, 2007.

RÚSSIO, W. **Cultura, patrimônio e preservação**. In: ARANTES, A. A. (Org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-78.

SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira, 2005.

SEDOR, D. Museus: origem, conceitos e atribuições. **Museu de História Natural da UFPR**. Hori Consultoria. Paraná, ed. 1, p.9-14, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/339079772\\_Museus\\_origem\\_conceitos\\_e\\_atribuicoes](https://www.researchgate.net/publication/339079772_Museus_origem_conceitos_e_atribuicoes) > Acesos em maio de 2023.

SIPPEL, J.; REMENCHE, M. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 2019.

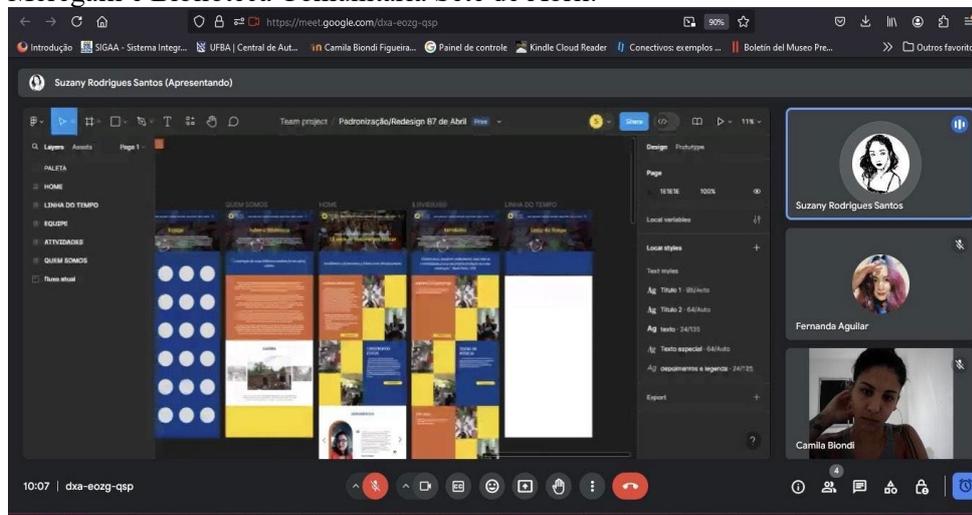
THIESEN, I. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. **Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)**, 2009. Disponível em <http://arquivistica.fci.unb.br/au/museus-arquivos-e-bibliotecas-entre-lugares-de-memoria-e-espacos-de-producao-de->

conhecimento/?metaquery[0][key]=collection\_id&metaquery[0][compare]=IN&metaquery[0][value][0]=476350&metaquery[0][value][1]=483302 Acesso em maio de 2023.

VIEIRA, A., SILVA, C. Do Patrimonium ao Patrimônio Digital 3.0. **Museologia e Interdisciplinaridade**, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Vol. 10, n. Especial, Dez. 2021 Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/37686/31903> > Acesso em maio de 2023.

## ANEXOS

**A** - Print-screen da reunião online com a equipe do Memorial da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



**B** - Imagem dos folhetos expográficos da primeira exposição da Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli e Biblioteca Comunitária Sete de Abril, distribuídos no Congresso UFBA, 2023.



**C** - Oficina de jardinagem e conscientização sobre práticas de sustentabilidade ambiental, na Biblioteca Comunitária Sete de Abril.



**D** - Distribuição do mingau oferecido pela Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli para as famílias da comunidade de Sete de Abril, credenciadas ao projeto.



**E** - Imagem da construção da sede da Biblioteca Comunitária Sete de Abril por moradores da comunidade e demais voluntários.



**F** - Indicação de Gicélia Barros ao prêmio Voluntário Cidadão, pela Santa Casa de Misericórdia, no ano de 2018.



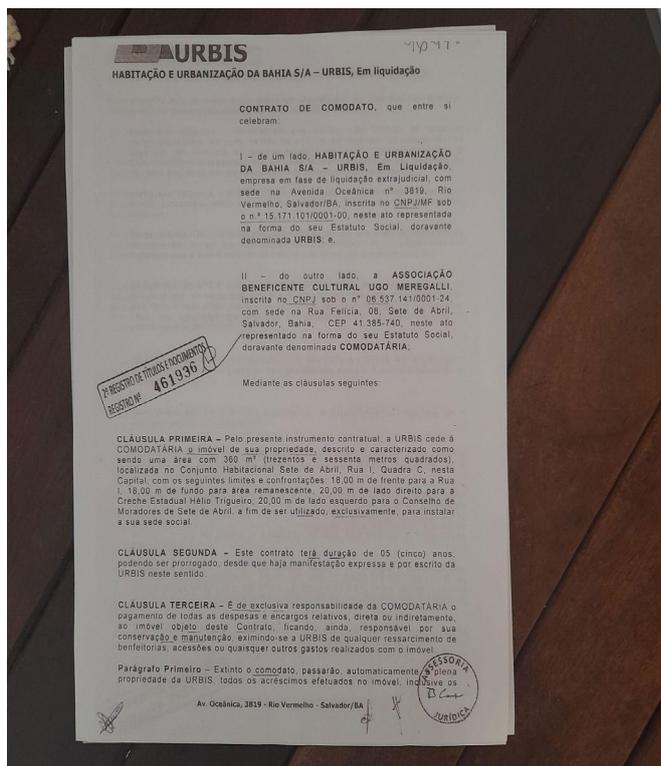
G - Hora do “lanche”, na Biblioteca Comunitária Sete de Abril, com as crianças da comunidade.



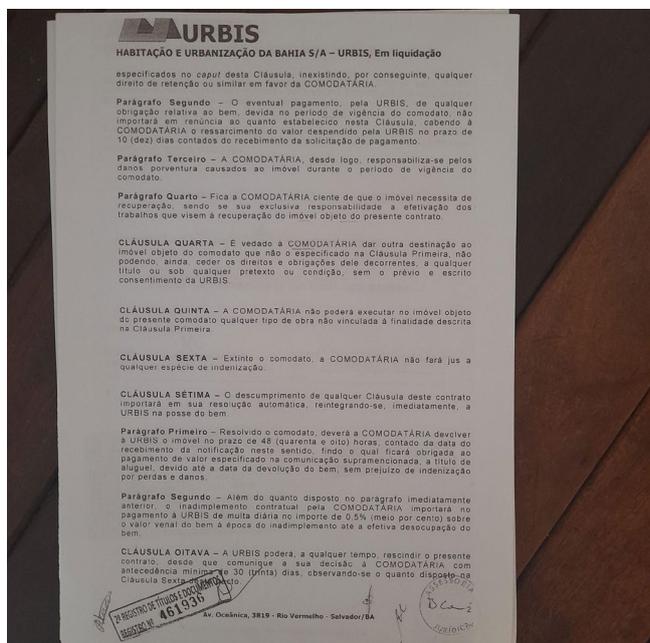
H - Certificado “Emredando Leituras”, no Programa Prazer em Ler, pelo Instituto C&A.



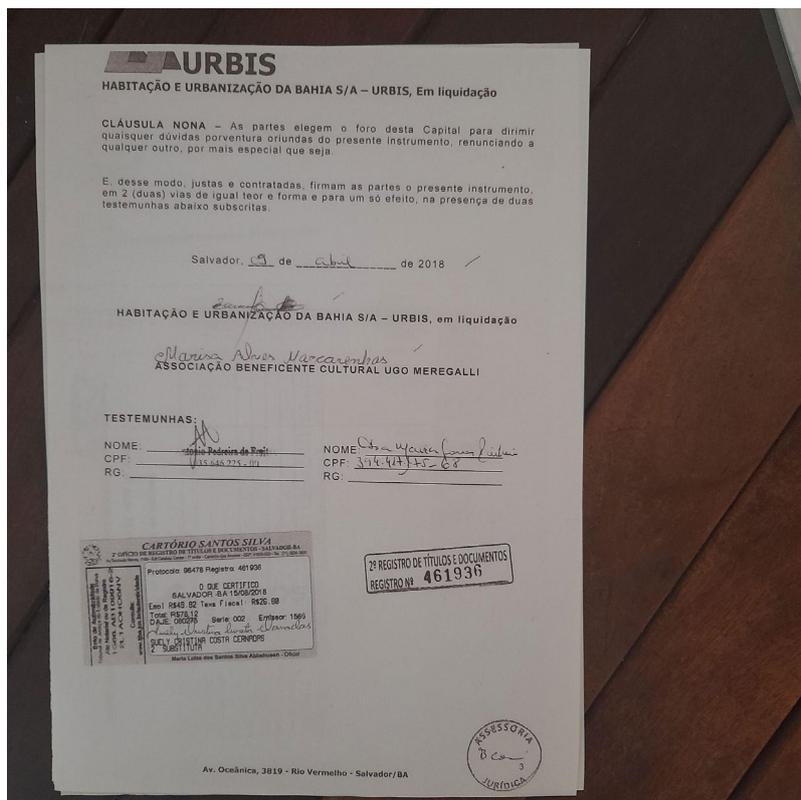
I - Imagem do contrato de comodato, pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A - URBIS, com a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli.



J - Imagem do contrato de comodato, pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A - URBIS, com a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli.



**K** - Imagem do contrato de comodato, pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A - URBIS, com a Associação Beneficente Cultural Ugo Meregalli.



**L** - Imagem da exposição “20 anos de história para contar: Escrevivências da Biblioteca Comunitária Sete de Abril, no PAF



**M – Convite da exposição**

N. DE CERTIFICAÇÃO: 9EH0M91XAV26Y04

**ufba** CONGRESSO  
14 a 17 de março 2023

Certificamos que **CAMILA BIONDI ABREU** e **ANA PAULA SANTOS CARNEIRO** apresentaram o trabalho **20 ANOS DE HISTÓRIA PARA CONTAR: ESCRIVÊNCIAS DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA SETE DE ABRIL** na modalidade **Intervenção Artística**, durante o **Congresso UFBA 2023**, promovido pela Universidade Federal da Bahia, realizado entre os dias 14 e 17 de março de 2023.

Salvador, 17 de março, 2023

Paulo Cesar Miguez de Oliveira  
REITOR



UFBA